

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

SUELI CRISTINA MEROTTO PEREIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR -
PRESIDENTE KENNEDY -ES**

**SÃO MATEUS
2019**

SUELI CRISTINA MEROTTO PEREIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR -
PRESIDENTE KENNEDY -ES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Profa. Me. Luana Frigulha Guisso

SÃO MATEUS
2019

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

P436e

Pereira, Sueli Cristina Merotto.

Educação inclusiva: um olhar sobre a equipe multidisciplinar – Presidente Kennedy - ES / Sueli Cristina Merotto Pereira – São Mateus - ES, 2019.

104 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2019.

Orientação: prof^a. Ma. Luana Frigulha Guisso.

1. Equipe multifuncional. 2. Inclusão. 3. Educação inclusiva. 4. Equipe multidisciplinar. I. Guisso, Luana Frigulha. II. Título.

CDD: 371.9

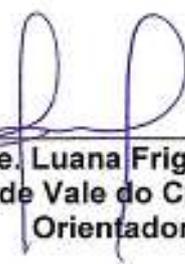
SUELI CRISTINA MEROTTO PEREIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR – PRESIDENTE KENNEDY - ES

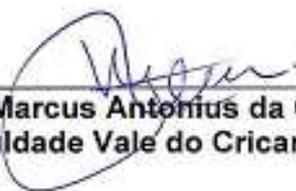
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Sônia Maria Da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Josete Pertel
Faculdade Multivix São Mateus

Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.

Leonardo da Vinci

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter me permitido chegar até aqui. Por todas as coisas que tem me provido: a vida, a família, a saúde, o emprego e a alegria. Em tudo te dou graças, porque sei que o Senhor está comigo.

À minha família: minha mãe, que no silêncio de suas orações tem me ajudado a ter forças para continuar meu caminho. Aos meus filhos, Rubim e Rudner, com sua força, apoio, encorajamento, críticas e abnegação. Minha vitória é compartilhada com vocês!

Às minhas amigas-irmãs, Angela e Renata, que com seu estímulo e sua presença, me estimularam a superar as dificuldades.

À professora Luana Frigulha Guisso, minha orientadora, exemplo de paciência, competência, serenidade, sabedoria e prontidão, que me acolheu tardiamente, mas com afeição. À Priscilla Silva de Bittencourt, minha revisora, pela dedicação, competência e paciência. Sem as duas não teria sido possível chegar até aqui.

Aos professores do Mestrado da Faculdade Vale do Cricaré, que oportunizaram momentos de aprendizado e de ensinamentos, contribuindo para o meu crescimento acadêmico e profissional.

À EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, representada por seu diretor, pelos coordenadores pedagógicos, pelos professores, cuidadores e aos membros da equipe multidisciplinar municipal, que aceitaram participar da pesquisa e, assim, foram peças fundamentais para a execução do meu projeto. Obrigada por terem feito esse trabalho possível!

Às minhas companheiras de viagem, ao longo de tantos meses, pelas alegrias, lágrimas, cansaço, sustos e apoio: Leydiane, Leidryana, Katiane, Keliene, Nilziane, Vanderléia, Valquíria e Larissa. Nossas orações foram atendidas!

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse realizar esta pesquisa.

RESUMO

PEREIRA, Sueli Cristina Merotto. **Educação inclusiva: um olhar sobre a equipe multidisciplinar – Presidente Kennedy - ES.** 2019. 74 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus – Espírito Santo, 2019.

Nesta dissertação, analisou-se como é desenvolvido o trabalho de atendimento da equipe multifuncional para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. Essa pesquisa se desenvolveu por meio bibliográfico, qualitativo e quantitativo, através de um estudo de caso, baseando-se em teóricos que tem se dedicado ao estudo dessa temática, além de documentos oficiais, que regulamentam a Educação Inclusiva, e das entrevistas realizadas por meio de questionário para a obtenção dos dados. O campo de coleta de dados selecionado foi uma escola polo municipal, que atende, aproximadamente, 800 estudantes nos três turnos de expediente, sendo que 40 desses alunos são portadores de necessidades especiais ou deficiência, que frequentam as classes comuns do ensino regular. Os sujeitos da pesquisa foram o diretor, os professores regulares, os professores de educação especial, cuidadores, coordenadores pedagógicos e membros da equipe multidisciplinar municipal. Os resultados da pesquisa mostraram que é necessário reorganizar o atendimento a esses alunos, estabelecendo um contato maior entre a equipe multidisciplinar e a equipe pedagógica, para oportunizar melhores condições de inclusão aos educandos.

Palavras-chave: Equipe multifuncional. Inclusão. Educação inclusiva.

ABSTRACT

PEREIRA, Sueli Cristina Merotto. **Inclusive education: a look at multidisciplinary teams - President Kennedy** - ES. 2019. 74 f. Dissertation (Masters) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - Espírito Santo, 2019.

In this dissertation, the work of the multifunctional team for the school inclusion process of students with disabilities and global developmental disorders was analyzed. This research was developed by bibliographic, qualitative and quantitative, through a case study, based on theorists who have been dedicated to the study of this subject, besides official documents, which regulate Inclusive Education, and the interviews conducted through questionnaire for obtaining the data. The selected data collection field was a municipal polo school, which serves approximately 800 students in the three work shifts, of which 40 are students with special needs or disabilities, who attend the regular classes of regular education. The research subjects were the principal, regular teachers, special education teachers, caregivers, pedagogical coordinators and members of the municipal multidisciplinary team. The results of the research showed that it will be necessary to reorganize the attendance of these students, establishing a greater contact between the multidisciplinary team and the pedagogical team, in order to offer better conditions of inclusion to the students.

Keywords: Multifunctional team. Inclusion. Inclusive education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação dos professores entrevistados	69
Gráfico 2 – O que compreende por inclusão?	70
Gráfico 3 – Por que a inclusão é importante?	71
Gráfico 4 – O Atendimento Educacional Especializado ajuda na atuação do professor da sala de aula regular	72
Gráfico 5 – Como funciona seu planejamento para o aluno com deficiência?	73
Gráfico 6 – Como tem sido o suporte pedagógico da escola para que seu planejamento seja eficaz?	74
Gráfico 7 – Qual a sua formação acadêmica?	76
Gráfico 8 – Há quanto tempo trabalha com crianças com necessidades educacionais especiais?	77

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAP	Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual
CAS	Centro de Formação de Profissionais de Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez
CENESP	Centro Empresarial de São Paulo
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONAE	Conferência Nacional de Educação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NAAH/S	Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação
PAAT	Projeto de Atendimento ao Aluno Talento
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNDH	Plano Nacional de Desenvolvimento Humano
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SEDU	Secretaria Estadual de Educação

SNDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SER	Superintendências Regionais de Educação
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	30
2.2 DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM E DEFICIÊNCIAS.....	35
2.3 INCLUSÃO: O QUE É E PORQUE FAZÊ-LA.....	38
2.4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESPÍRITO SANTO	53
2.5 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY.....	55
2.5.1 Currículo e Metodologia de Ensino	56
2.5.2 A Educação Especial na perspectiva da EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”	58
3 METODOLOGIA	60
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA.....	61
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA	64
3.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM	64
4 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	67
4.1 O PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	68
4.2 COLETA DE DADOS – PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS A RESPEITO DA INCLUSÃO	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	89
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA O DIRETOR DA ESCOLA	90
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	92
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR	93
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS CUIDADORES	94
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS	95
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	96
APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO	97

APÊNDICE H – PROJETO DE REATIVAÇÃO DA SALA DE AEE E AMPLIAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR MUNICIPAL	99
--	----

1 INTRODUÇÃO

As discussões a respeito da necessidade de inclusão vêm permeando diversas camadas da sociedade há um longo tempo, sendo assunto recorrente nas últimas décadas. Porém, ao se pensar neste tema, deve-se considerar a sociedade como um todo – família, escola, trabalho, lazer – para que todas as pessoas tenham acesso aos bens coletivos.

A escola se constitui como um dos principais espaços para que todos os educandos sejam acolhidos, pois favorece o desenvolvimento de aprendizagens significativas¹ (David P. Ausubel -1918-2008). Essas, por sua vez, posteriormente serão utilizadas pelo aluno nas suas relações com o meio, destacando a importância do professor como norteador do ensino, fazendo uso de recursos didáticos² adequados à criança, jovem ou adulto com deficiência.

Esse ambiente escolar de acolhimento, com atitudes que abrangem desde a aceitação pelas diferenças até a criação e o uso de atividades que contemplem a aprendizagem de todos os envolvidos neste espaço, e que busca combater atitudes discriminatórias gerando um espaço verdadeiramente inclusivo, apresenta uma inovação educacional. Trata-se da proposta de uma ação pedagógica diferente, “que compreende o que o aluno é capaz ou não de realizar. Inclui saberes e formas diferentes de aprendizagem, habilidades e dificuldades individuais, que cada indivíduo é único em seu processo de cognição”. (MANTOAN, 2003, p.12)

O aluno com deficiência só poderá ser incluído no contexto escolar se a escola contemplar a sua clientela atendendo todas as suas necessidades e potencialidades, por meio de atitudes que levem em conta a capacidade intelectual, os conhecimentos prévios dos alunos, seus valores e anseios, ou seja, se o ambiente escolar propiciar

¹ A aprendizagem significativa envolve a interação da nova informação abordada com uma estrutura de conhecimento específica (MOREIRA, Marco Antônio; Teorias de Aprendizagens, 1995).

² Também conhecidos como “recursos” ou “tecnologias educacionais”, os materiais e equipamentos didáticos são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à aproximação do mesmo com o conteúdo (Equipamentos e Materiais Didáticos – MEC – 2007 – p. 21).

relações interpessoais que aconteçam de forma humana e solidária, oportunizando a aprendizagem entre os indivíduos (MANTOAN, 2003, p. 34).

A política de inclusão dos alunos com deficiência não consiste apenas na adequação dos espaços físicos, mas também na elaboração da proposta pedagógica, na adaptação do currículo, na formação de professores, enfim, em práticas efetivas que contemplem o respeito à diversidade, à possibilidade de construir um espaço escolar que oportunize a inclusão. (MANTOAN, 2003, p. 14)

De acordo com o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Básica, o objetivo principal da Educação Inclusiva é a garantia de que os alunos com deficiência possam conviver de forma natural com os demais, o que oportuniza um conhecimento e aprendizagem entre os pares. (BRASIL,2008)

Promover a inclusão significa, sobretudo uma mudança de postura e de olhar acerca das diferenças. Implica em quebra de paradigmas³, em reformulação do sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, voltada para a cidadania plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza a multiplicidade de conhecimentos que formam a comunidade escolar. (MANTOAN, 2003, p. 13)

Como bem situa Martins (2002, p. 24):

Assim, gradativamente, vai sendo reconhecida a importância de haver fusão dos dois sistemas formando um sistema único, porém capaz de atender às necessidades dos educandos, deixando de lado atitudes segregacionistas para com aqueles que, aparentemente, não aprendem como os outros. Tais atitudes, na realidade, só conduzem à negação da função precípua da escola: ensinar.

Dentro das possibilidades de atendimento à essa clientela, uma delas com melhor funcionalidade é a sala de recursos multifuncionais⁴, pois utilizam estratégias que promovem o interesse e a capacidade dos alunos, bem como oportunidades de

³ Paradigma: Algo que serve de exemplo geral ou modelo. (Dicionário Aurélio)

⁴ Espaços físicos localizados nas escolas públicas em que se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Possuem mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos que são público-alvo da Educação Inclusiva.

acesso a bens e serviços, informações e relações no ambiente em que vivem. É um espaço diferenciado, no qual o professor tem por objetivo promover a aprendizagem aos alunos, muitas vezes com atividades lúdicas.

Ao pensar nos serviços de apoio e suplementação escolares no município analisado nesta pesquisa, surgiram dúvidas acerca das salas de recursos ofertadas pela administração municipal e que se pretende analisar ao longo deste trabalho: se esse serviço tem sido realizado de forma regular e contínua; se todos os alunos estão sendo atendidos e se há um processo de continuidade entre a prática pedagógica em sala de aula regular e o atendimento especializado.

A questão norteadora dessa pesquisa referiu-se, portanto, a analisar a forma como está sendo ofertado este suporte à escola regular, utilizando como parâmetro a Escola EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo, localizada no município de Presidente Kennedy, ES. Nesse processo, verificou-se a formação/qualificação dos profissionais envolvidos, a relação entre os professores regentes e os responsáveis pela sala de recursos multifuncionais e a relação destes com a equipe multidisciplinar municipal, que atende os educandos com necessidades educacionais especiais.

É importante salientar que a pesquisa se faz necessária, visto que ainda não existe nenhum trabalho acadêmico sobre a temática neste município, conquanto se saiba das angústias que permeiam os educadores em geral, ao lidar com estas questões.

Ainda se observam muitos entraves⁵ no ambiente escolar para que a inclusão se configure como uma prática cotidiana, apesar de todos os avanços das políticas públicas. A educação inclusiva apresenta-se como alternativa para confrontar as práticas discriminatórias existentes nos sistemas de ensino, sendo um recurso para potencializar mudanças estruturais e culturais no espaço escolar e, assim, atender a todas as especificidades dos usuários.

Com a criação da sala de recursos multifuncionais e da equipe multidisciplinar municipal, nota-se que o atendimento ao aluno com deficiência adquire caráter clínico,

⁵ Obstáculos, impedimentos.

social, psicológico e educacional, enxergando o indivíduo como um ser social completo, para que seu desenvolvimento seja realizado, dentro – e apesar de – suas limitações.

Contudo, percebeu-se também que neste município existe apenas uma equipe multidisciplinar, formada por cinco profissionais, são eles: dois psicólogos, dois fonoaudiólogos e uma assistente social. Logo, percebe-se que estes são insuficientes para prestar o devido atendimento a todos os alunos que necessitam dessa assistência e estão matriculados regularmente na rede municipal, abrangendo desde a Educação Infantil até o ciclo final do ensino Fundamental.

Essa equipe multidisciplinar foi criada com o intuito de potencializar os recursos já existentes na rede municipal e de aperfeiçoar e expandir o atendimento aos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental com dificuldades de aprendizagem.

O tema do estudo foi escolhido por fazer parte do universo em que atua a pesquisadora, professora desde o ano de 2002, sempre envolvida com alunos diagnosticados com deficiência em sua sala de aula regular, que se mantém em busca de alternativas para a realização de um trabalho inclusivo, e que se integra à esta rede municipal de ensino no ano de 2008.

A partir desse ponto, a mestranda se descobriu cada vez mais interessada neste campo específico, participou de cursos e formações continuadas, buscou e permanece procurando maneiras mais eficazes para atender a essa demanda. Com a implementação das salas de recurso no município, percebe-se uma vertente mais dinâmica para o atendimento aos alunos com deficiência. Esse recurso, porém, não é efetivamente utilizado, surgindo, então, a criação e atuação da equipe multidisciplinar municipal.

Assim, se apresenta o problema ao qual esta pesquisa pretende responder: Qual é a contribuição do trabalho da equipe multidisciplinar para os alunos com necessidades educacionais especiais?

Com base nisso, apresenta-se como Objetivo Geral:

Descrever a importância do trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar municipal no atendimento aos alunos com deficiência na EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, Presidente Kennedy, ES.

E como Objetivos Específicos:

- Verificar o quantitativo de alunos com deficiência regularmente matriculados na escola municipal que será objeto desta pesquisa;
- Demonstrar como o trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar possibilita a melhoria de qualidade de vida dos alunos atendidos;
- Propor à administração municipal um plano de ação para a ampliação da equipe multidisciplinar, bem como a reativação da sala de AEE da escola pesquisada e dos outros estabelecimentos educacionais municipais, para possibilitar a qualidade no atendimento aos alunos com diagnóstico de deficiência.

Em uma sala de aula, são observadas inúmeras situações que comprometem a facilitação da aquisição de conhecimentos dos alunos, configurando assim, múltiplas dificuldades para um efetivo desenvolvimento, seja ele cognitivo ou social.

O estabelecimento educacional que foi objeto desta pesquisa, a escola EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, está localizado na zona rural do município de Presidente Kennedy. Trata-se de uma escola polo, com atendimento prestado a cerca de 800 alunos, advindos de várias localidades também da zona rural, na qual a equipe multidisciplinar municipal presta atendimento a 40 alunos com diagnóstico de deficiência regularmente matriculados.

Esta pesquisa foi baseada em referenciais teóricos que reiteram essa questão e utilizou uma abordagem qualitativa e quantitativa, realizada por meio de questionários aplicados aos profissionais que trabalham diretamente envolvidos com os alunos diagnosticados com alguma (s) deficiência (s), para proporcionar uma análise real do quadro educacional da escola pesquisada.

Desse modo, esta pesquisa permitiu propor uma expansão na oferta deste serviço e maior qualificação profissional aos docentes que atuam na educação especial, e,

assim, oferecer aos munícipes uma educação verdadeiramente inclusiva, não apenas integradora.

Para uma melhor apresentação, a pesquisa está assim organizada:

O capítulo 1 apresenta a introdução ao tema, o problema, o objetivo geral e os específicos e a forma como será desenvolvida a pesquisa.

Em seguida, o capítulo 2 traz o referencial teórico, com a revisão da literatura de estudos realizados, abordando a inclusão, a educação especial, a aprendizagem e as práticas educativas, que permitiram uma melhor compreensão sobre a educação especial, à luz da legislação.

No capítulo 3 encontra-se a opção metodológica e as etapas desenvolvidas, os sujeitos envolvidos, os procedimentos utilizados no decorrer da investigação, os instrumentos empregados, a contextualização e histórico do município e o local em que foi realizada a pesquisa.

Já o capítulo 4 expõe os resultados alcançados por meio dos instrumentos aplicados para a coleta de dados.

Por último, o capítulo 5 exhibe as Considerações Finais, em que são destacados os resultados encontrados, as práticas desenvolvidas pela equipe multidisciplinar municipal, além das considerações e possibilidades acerca da pesquisa.

A organização estrutural descrita foi o fio condutor desta pesquisa, que teve foco na atuação da equipe multidisciplinar municipal, para demonstrar a importância deste trabalho em oportunizar uma educação igualitária, como estímulo à aprendizagem dos alunos com deficiência e Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD).

2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O projeto teve seu início embasado a partir da leitura de dissertações apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); da Universidade Federal da Bahia (UFBA); da Universidade Federal do Paraná (UFPR); na leitura de alguns autores que trabalham na linha de pesquisa sobre a inclusão e na legislação que ampara a Educação Especial e a Educação Inclusiva.

Essa revisão de literatura tem como objetivo conhecer trabalhos acadêmicos a nível de pós-graduação Lato e Stricto sensu, além de consultar autores por meio da leitura acerca da temática, afim de justificar a relevância do objeto da pesquisa proposto e servir de base bibliográfica e embasamento teórico, dispondo assim de subsídios para desenvolver a escrita.

De acordo com Mantoan (2003, p.23):

Um aspecto de grande importância no desenvolvimento da educação especial foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, que reconhece a dignidade inerente a todos os seres humanos e igualdade de direitos como fundamento da liberdade, da justiça e paz universal. Ela proclama o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade como a mais alta aspiração do homem comum. Faz ainda uma advertência quanto ao comprometimento no que diz respeito ao desenvolvimento, em cooperação com as Nações Unidas, do respeito universal aos direitos humanos e liberdade fundamental, bem como a observância desses direitos.

Em seguida, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada na Guatemala, em 28 de maio de 1999, promulgada pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, reafirma que todas as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as outras pessoas, e tem como objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra esses indivíduos. (BRASIL,2001)

Esta convenção teve como objetivo prevenir e, conseqüentemente, eliminar todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência, propiciando a sua plena

integração à sociedade, buscando alternativas junto às autoridades que atuam nos poderes legislativo, social, educacional e trabalhista, para proporcionar a inclusão dos mesmos à sociedade. Buscou ainda priorizar algumas áreas, como a prevenção de todas as formas de deficiência previsível, detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação para garantir a independência e qualidade de vida aos portadores de deficiência e sensibilização da população por meio de campanhas de educação, buscando eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que possam atentar contra o direito desses indivíduos.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia em 1990, destaca:

A educação é um direito fundamental de todos no mundo inteiro, entendendo que ela pode contribuir para conquistar um mundo melhor, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais seguro e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional. (UNESCO,1990)

Como resultado desses encontros anteriores surgiu a Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994, com base em princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, tendo como demanda que os estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. Isso permitiria buscar melhoria no acesso à educação, para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas e organizações intergovernamentais. O objetivo era o de garantir a educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência da ação de educar crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e melhoria da estrutura de ação em educação especial, atribuindo a mais alta prioridade política e financeira aos sistemas educacionais. (UNESCO,1994)

Jannuzzi (2004, p.10) relata:

Com a promulgação da primeira Constituição Brasileira, em 1824, nasce o compromisso com a educação da população, apesar de não se especificar o setor responsável pela sua aplicação, que diz: “A gratuidade da instrução

primária a todos os cidadãos e a criação de colégios e universidades”. Em 1835, o deputado Cornélio França apresenta um projeto de lei criando o cargo de professor de primeiras letras para o ensino de cegos e surdos-mudos, sendo, porém, arquivado. Somente duas décadas depois é que esse atendimento começa a ser feito à população.

Segundo Kassar (1999) e Jannuzzi (2004), o Brasil iniciou o movimento quanto a decretos e leis para as pessoas com deficiência quando, em 1856, Dom Pedro I criou o Imperial Instituto de Meninos Cegos e, mais tarde, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos no Brasil. Nessa perspectiva, Freitas (2003, p. 2) elucida que a

[...] criação do primeiro Instituto se deve ao esforço de José Álvares de Azevedo, filho de uma família abastada, que contraíra cegueira total e fora mandado para educar-se em Paris. No seu retorno ao Brasil, depois de 8 anos, ele se interessou pela educação dos cegos e, junto com o Dr. José Francisco Sigaud, conseguiu o interesse do Imperador D. Pedro I em abrir a primeira escola para cegos no Brasil. A partir dessa iniciativa, outras foram sendo tomadas, como a abertura do Instituto de Surdos-Mudos e duas instituições para deficientes mentais: uma junto ao hospital Juliano Moreira, em 1874, na cidade de Salvador – Bahia, e outra junto à escola México, em 1887, na cidade do Rio de Janeiro, com ensino regular que atendia também deficientes visuais e físicos.

Em 1857, foi criado o Instituto dos Meninos Surdos caracterizado como de “utilidade pública”, por uma comissão de personalidades da sociedade, que administravam esta escola. Com a Proclamação da República, passa a ser chamado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), até os dias atuais. Em 1875 acontece a publicação da iconografia dos Signaes dos Surdos-mudos, de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama, documento mais importante sobre a Língua Brasileira de Sinais e que, em 2002, por meio da Lei nº 10.436, foi oficializada enquanto língua dos surdos brasileiros. (BRASIL,2005)

Jannuzzi (2004) relata que, no final do século XIX, as proposições para a educação das pessoas com deficiência no Brasil eram tímidas e aponta que uma das primeiras ações para o atendimento à criança com deficiência foi a criação das rodas de expostos. Essas instituições, as Santas Casas de Misericórdia, poderiam ter facilitado a entrada de crianças com deficiência, tanto pelo fato de os pais não desejarem a criança ou pela impossibilidade de criá-las.

Segundo a autora, religiosas foram designadas para a administração e educação dessas crianças. As crianças com deficiência não acentuadas eram encaminhadas

para locais de atendimento – os meninos para o seminário e as meninas para os conventos. As crianças com deficiência mais acentuada, quando adultas, permaneciam nas Santas Casas, que mantinham um local para doentes e alienados, embora o costume da época julgasse que loucura era mais caso de polícia do que de hospital (JANNUZZI, 2004).

Sobre a criação desses institutos, Jannuzzi (2004) traz à luz o fato de que eles foram criados mediante a força de pessoas politicamente importantes naquela época. No entanto, também chama a atenção a precariedade com a qual funcionavam essas instituições, como mostra o exemplo a seguir,

[...] visto que em 1874 atendiam 35 alunos cegos e 17 surdos (Pires de Almeida apud AZEVEDO, 1976, p. 237), numa população que em 1872 era de 15.848 cegos e 11.595 surdos, porém, abriram alguma possibilidade para a discussão dessa educação, no 1 Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo imperador em 12 de dezembro de 1882. Entre os temas desse Congresso constava a sugestão de currículo de formação de professor para cegos e surdos. Os responsáveis pelo tratamento dos temas foram dois médicos (JANNUZZI, 2004, p. 15).

Nota-se, na informação acima, o número ínfimo de casos que eram atendidos nos institutos, o que corresponderia a, aproximadamente, 0,22 % dos cegos e 0,14 % dos surdos, de acordo com os estudos de Jannuzzi (2004). No entanto, isso não era uma prerrogativa do atendimento às pessoas com deficiência. Essa era a realidade de todo um conjunto da sociedade que ainda não havia estabelecido os direitos sociais.

No século XX, em 1934, é fundado o Instituto Pestalozzi, com especialização no atendimento aos indivíduos com deficiência mental, que tinha como objetivo principal "assistir à criança e ao adolescente excepcionais definidos nos seus estatutos como sendo aqueles classificados acima ou abaixo da norma de seu grupo, visto serem portadores de características mentais, físicas ou sociais que façam de sua educação um problema especial". (JANNUZZI, 2004, p. 132)

Em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com a finalidade de aprimorar a qualificação do trabalho que estava sendo desenvolvido, englobando as áreas da saúde e da educação, sendo a grande propulsora da educação especial. (JANNUZZI, 2004, p. 87).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61 inaugura um novo tempo, com propostas educacionais voltadas para o compromisso com a Educação Especial a ser oferecida de forma preferencial na rede regular de ensino, obedecendo critérios como serviços de apoio especializados ao atendimento, levando em consideração as necessidades específicas dos indivíduos, sendo a oferta, de obrigação do Estado, tendo início na faixa etária de 0 a 6 anos. (BRASIL, 1961)

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, define tratamento especial para os estudantes com deficiência, porém não promove a organização de um sistema de ensino que seja capaz de atender esses alunos, o que reforça o encaminhamento deles às escolas especiais. (BRASIL, 1971)

A concretização de todas as propostas para a Educação Especial contou com o amparo legal do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990, que juntamente aos ideais da Declaração de Salamanca (1994), garante o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno portador de necessidades especiais na escola, sendo o ensino fundamental obrigatório e gratuito. (BRASIL, 1990)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seu artigo 59 diz que compete aos Sistemas de Ensino:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a lei nº 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definindo a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, com ênfase na atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 2001, com a publicação da “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência” – Decreto nº 3.956 – e das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, o acesso das pessoas com deficiência ao ensino fundamental inclusivo é ampliado. Torna-se então necessário detalhar orientações acerca dos atendimentos da educação especial às escolas regulares, com o propósito de apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns. (BRASIL, 2001)

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em seu artigo 2º diz que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. (PNE, 2001, p. 4)

Estabelece objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aponta um déficit referente à oferta de matrículas para estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da

Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular:

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas; (BRASIL,2002)

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e determina que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, estabelecendo a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. (BRASIL, 2002)

Em 2002, a Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional. (MEC/SEESP, 2002)

Em 2003, o MEC implementa o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros, para garantir o direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

O Decreto nº 5.296/04 regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O Programa Brasil Acessível, do Ministério

das Cidades, é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.

Visando o acesso dos estudantes surdos à escola, o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor de Libras, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Com a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em 2005, em todos os estados e no Distrito Federal, são organizados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, para a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos estudantes da rede pública de ensino.

Ainda em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SNDH), os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, objetivando contemplar, dentre as suas ações, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, estabelece a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Decreto nº 6.094/2007 implementa o PDE e estabelece as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, garantindo o acesso e permanência no ensino regular e o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, e ratificada com força de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº186/2008 e do Decreto Executivo nº 6949/2009, determina que os estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão.

Para orientar a organização dos sistemas educacionais inclusivos, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publica a Resolução CNE/CEB, 04/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. Este documento determina o público alvo da educação especial, define o caráter complementar ou suplementar do AEE e estabelece sua institucionalização no projeto político pedagógico da escola.

A Resolução CNE/CEB nº04/2010, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e determina em seu artigo 29 que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no AEE, complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, ratifica o caráter não substitutivo e transversal da educação especial dos alunos portadores de deficiência.

O Decreto nº 7084/2010, que dispõe sobre os programas nacionais de materiais didáticos, estabelece no artigo 28 que o Ministério da Educação “adotará mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos alunos da educação especial e seus professores das escolas de educação básica públicas”.

O Decreto nº 7611/2011 incorpora o Decreto nº 6571/2008 e institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e estabelece o duplo cômputo das matrículas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Define também o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da educação especial, além de outras medidas de apoio à inclusão escolar, visando ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas públicos de ensino.

O Decreto nº 7.612/2011 institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites, para a promoção de políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista é criada pela Lei nº 12.764/2012. Consolidando um conjunto de direitos, esta lei também estabelece em seu artigo 7º, a vedação da recusa de matrícula à pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.

Com as deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010), a Lei nº 13.005/2014, que institui o PNE, no inciso III, parágrafo 1º, do artigo 8º, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam o atendimento às necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Com base neste pressuposto, sua meta 4 e respectivas estratégias objetivam universalizar, para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 04 a 17 anos, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado. O AEE é ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, podendo ser realizado por meio de convênios com instituições especializadas, sem prejuízo do sistema educacional inclusivo.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e seus talentos – e de um ensino participativo, solidário, acolhedor.

(Maria Teresa Eglér Mantoan)

Segundo Vygotsky (1984), o desenvolvimento humano é um processo gradual, lento, que não cessa no decorrer da vida. Deve ser compreendido de modo global, incluindo fatores biológicos, emocionais, sociais e, além de tudo, suas inter-relações. Pode-se até dizer que o ser humano é resultado da soma desses fatores, sendo muito difícil, ou até mesmo impossível, isolar a influência de cada um deles, separadamente.

Torna-se possível dizer que uma das maiores diferenças em relação aos outros animais é que o homem tem as atividades mentais muito diferenciadas e evoluídas.

Entretanto, a maior diferença entre seres humanos e animais irracionais, é o fato do homem possuir subjetividade, de ter sentimentos e emoções que dão um valor à existência, ou seja, é capaz de construir sua realidade, objetivar suas experiências e conferir a elas um sentido próprio, totalmente significativo para ele.

A partir da Teoria dos estágios de desenvolvimento de Jean Piaget (1940) tornou-se possível dizer que o bebê humano nasce prematuro em relação aos outros mamíferos. Seu aparelho motor está formado, mas não desenvolvido, seu cérebro, que coordena todos os processos fisiológicos e atividades psíquicas, também não está maduro o suficiente para executar toda sua potencialidade.

Segundo Piaget (1940), tanto a motricidade quanto as atividades mentais (linguagem, memória, atenção, pensamento, percepção, inteligência, abstração, etc.), são capacidades mentais que potencialmente podem ser desenvolvidas de acordo com a maturação biológica e estimulação do meio onde a criança vive. Assim, na medida em que o desenvolvimento se processa, uma nova aquisição dispara outra, como numa reação em cadeia, até que a criança adquira autonomia e domínio sobre suas atividades e comportamento.

Vale ressaltar que em meio a esses fatos, a família é fundamental, pois constitui o primeiro espaço de relações da criança, resultando no referencial para os relacionamentos futuros. O contexto familiar oferece base emocional – afetiva, desencadeando o aprendizado das primeiras regras sociais de conduta, responsabilizando-se pelos estímulos que a princípio permitirão que o desenvolvimento aconteça.

De acordo com Vygotsky (1984), com o passar dos anos, o mundo da criança se expande e os contatos sociais vão se tornando mais significativos. Neste ínterim, surge a escola, que passa a assumir a responsabilidade por dar continuidade à “formação” da criança. A escola possui a tarefa de facilitar o desenvolvimento das habilidades humanas, isso é inegável e um fator muito positivo, à medida que é um espaço de oportunidades que proporciona uma abertura para o mundo social em que a criança está inserida e a ensina como usar tudo que aprendeu na relação que estabelece e estabelecerá no contexto social mais amplo. É também na escola que a criança entrará no mundo da convivência social e conseqüentemente em tudo que a rege, pois esta atuará formando indivíduos aptos para viverem na sociedade.

A mudança radical que deslocou o foco de atenção da educação tradicional, centrado apenas na transmissão dos conteúdos, para o processo de aprendizagem do aluno, também ocorreu no âmbito do ensino da interdisciplinaridade, valorizando a participação do aluno nas diferentes atividades, até então negado pela escola tradicional, que defendia uma metodologia de ensino baseada na transmissão de conhecimentos prontos, sem a valorização dos conhecimentos prévios que os educandos traziam consigo, como ponto de partida para o processo de ensino e aprendizagem.

Numa perspectiva de educação inclusiva pode-se exemplificar o assunto em questão citando a valorização da produção criadora da criança centrada no aprender a fazer fazendo⁶. Na visão de Dewey (1975, p. 22),

⁶ John Dewey (1859-1952), conhecido pela teoria do aprender fazendo, defende a educação como um processo de reconstrução e reorganização das experiências adquiridas que irão influenciar as experiências futuras. (Portal Educação)

[...] sendo a educação o resultado de uma interação, através da experiência, do organismo com o meio ambiente, a direção da atividade educativa é intrínseca, ou seja, um reorganizar consciente da experiência, sem direção, sem governo, sem controle. Do contrário, a atividade não será educativa, mas caprichosa e automática.

Isso implica em metodologia de ensino adequada, planejamento coerente para atender às necessidades de aprendizagem do aluno, seguido de conhecimento das individualidades da turma, afim de não confundir uma prática de ensino que valorize o educando com a prática do “deixar fazer o que quer, e como quer”.

Em suma, quando se pensa na educação e no desenvolvimento da criança, é preciso que se tenha clareza de que seus processos seguirão caminhos que respeitam um calendário maturativo, que por sua vez estão muito relacionados às potencialidades humanas. Portanto, é tarefa do professor ser um agente facilitador, à medida em que concilia o conhecimento à compreensão, à criatividade e boa vontade, pois

A inclusão de crianças com necessidades especiais na educação regular exige informação especializada para professores, escolas e pais, além de adaptações no currículo. No Município de Vitória, ES, na Escola Darcy Vargas, os alunos encenaram uma peça sobre as lendas capixabas. Hugo dos Santos Oliveira, 6 anos, aluno da Pré Escola e portador de deficiências múltiplas, participou como o “pássaro de fogo”, que levava mensagens para o casal de apaixonados. A cadeira de rodas de Hugo transitava de um lado para o outro do palco empurrada pela amiguinha Raissa Brisque Cunha, 6 anos, e, juntos representavam o pássaro. Hugo se divertiu, e a amiguinha mais ainda, “voando” com a cadeira pelo cenário. A mãe, Rachel Pinheiro dos Santos, emocionada, repetia: “Todas as crianças portadoras de deficiência deveriam ter o direito de experimentar o que meu filho está vivendo. (Revista Criança, Nº 44, Nov. 2007).

Ensinar arte em consonância com os modos de aprendizagem dos deficientes significa, então, não isolar o aluno da informação sobre a produção histórica e social da arte e, ao mesmo tempo, garantir à criança a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais ou grupais com base em intenções próprias. E tudo isso integrado aos aspectos lúdicos e prazerosos que se apresentam durante a atividade artística (FUSARI; FERRAZ, 1993, p. 71).

As autoras afirmam ainda que aprender com sentido e prazer está associado à compreensão mais clara daquilo que é ensinado. Para tanto, os conteúdos da disciplina não podem ser banalizados, mas devem ser ensinados por meio de

situações e/ou propostas que alcancem os modos de aprender do aluno e garantam a participação de cada um dentro da sala de aula.

Segundo Fusari e Ferraz (1993, p. 16) “[...] a importância da arte na formação de crianças, jovens e adultos, na educação geral e escolar, está ligada à função indispensável que a arte ocupa na vida das pessoas e na sociedade desde os primórdios da civilização, o que o torna um dos fatores essenciais de humanização”.

Tais orientações favorecem o emergir de formulações pessoais de ideias, hipóteses, teorias e formas artísticas. Progressivamente e por meio de trabalhos contínuos, essas formulações tendem a se aproximar de modos mais elaborados de fazer e pensar sobre o convívio social. Introduzir o aluno do primeiro ciclo do ensino fundamental às origens do teatro, ou aos textos de dramaturgia por meio de histórias narradas, por exemplo, pode despertar maior interesse e curiosidade, sem perder a integridade dos conteúdos e fatos históricos. E, nesse sentido, os PCN-Artes (1997, pp. 47 e 48) explicam que

[...] cabe ao professor escolher os modos e recursos didáticos adequados para apresentar as informações, observando sempre a necessidade de introduzir formas artísticas, porque ensinar arte com arte é o caminho mais eficaz.

Em outras palavras, o texto literário e a imagem trarão mais conhecimentos à criança portadora de necessidades especiais e serão mais eficazes como portadores de informação e sentido. “A criança deficiente, em situações de aprendizagem, precisa ser convidada a se exercitar nas práticas de aprender a ver, observar, atuar, tocar e refletir sobre elas” (MARTINS et al., 1998, p. 76).

Na concepção de Fusari e Ferraz (1993, p. 16):

O papel da escola é o de integrar as informações, obtidas por meio dos diferentes intercâmbios, sejam eles de cunho regional, nacional ou internacional, aos produzidos pela mídia no sentido de democratizar o conhecimento e expandir a participação do aluno portador de necessidades especiais que, nos anos iniciais de escolaridade, configuram-se como um momento especial em sua vida, porque é nesse momento de seu desenvolvimento que eles tendem a se aproximar mais das questões do universo do adulto e tentam compreendê-las, dentro de suas possibilidades. Ficam curiosas sobre temas como a dinâmica das relações sociais, as relações de trabalho, como e por quem as coisas são produzidas.

Segundo a professora Maria Tereza Eglér Mantoan (2003), a inclusão escolar “pegou a escola de calças curtas” e o nível de escolaridade mais atingido por esta inovação foi o do Ensino Fundamental, apesar de estar “mexendo” também com a Educação Infantil. Esse fato evidencia a realidade atual das escolas, que conforme a sua organização tem produzido a exclusão em função da deficiência quanto à análise do contexto escolar, o sistema de seriação ainda mantido em sala de aula, o currículo organizado por disciplinas, os conteúdos selecionados por parte da equipe pedagógica e não por todos envolvidos no processo educacional.

Com esse perfil organizacional dá para imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, o que leva a compreender a distância que ainda existe entre a educação regular e a inclusiva, apesar de todo amparo legal. Segundo Mantoan (2003, p. 27) “É preciso abrir as portas e janelas, para que o mundo penetre na escola e esta seja, cada vez mais, um espaço onde a criança forme, lenta e gradativamente, o suporte de sua vida, a partir de reflexões pessoais que não desprezem a realidade próxima.”

Independente da condição de cada indivíduo portador de deficiência, é possível o acesso ao mundo letrado.

Deixar o mundo entrar na escola, antes de tudo, é ajudar o aluno a construir sua própria percepção da realidade e inquietá-lo quanto à amplitude de suas potencialidades, trabalhando-o como pessoa inteira: afetiva, expressiva, crítica e transformadora. A escola deve ser um lugar que fomente no aluno a capacidade de se tornar “senhor de seu destino”, a partir da compreensão de suas possibilidades individuais e, conseqüentemente, sociais (Martins, 1998, p. 66).

A inclusão é extremamente favorável à eliminação de posturas excludentes, pois a partir da convivência, liberdade de participação, aceitação e convívio, levando em conta a heterogeneidade, as possibilidades das crianças aprenderem desde cedo a não discriminar e conviver em grupo com respeito e autonomia são maiores, pois as oportunidades a elas oferecidas favorecem o seu desenvolvimento de forma construtiva e harmoniosa.

Segundo Mantoan (2003, p. 34), com essa mudança de mentalidade nas escolas, altera-se o pensamento e a realidade cultural do País, haja visto que, com uma nova concepção do ser humano, ético, cultural e social e também com a evolução do

conhecimento científico acerca da inteligência humana, a educação passa a ser definida e viabilizada como direito de todos.

2.2 DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM E DEFICIÊNCIAS

Os distúrbios de aprendizagem⁷ tem se tornado um fato evidente na sociedade em geral, podendo ser detectados mais especificamente nas instituições de ensino quando o aluno, em contato com o processo sistemático, começa a apresentar deficiências no domínio dos conteúdos propostos.

Era uma vez uma escola para animais. Os professores tinham certeza que possuíam um programa de estudos inclusivo, porém, por algum motivo, todos os animais estavam indo mal. O pato era a estrela na classe de natação, porém não conseguia subir em árvores. O macaco era excelente subindo em árvores, mas era reprovado em natação. Os frangos se destacavam nos estudos sobre grãos, mas desorganizavam tanto a aula de subir em árvores que sempre acabavam na sala do diretor. Os coelhos eram sensacionais nas corridas, mas precisavam de aulas particulares de natação. O mais triste de tudo era ver as tartarugas, que, depois de vários exames e testes, foram diagnosticadas como tendo “atraso de desenvolvimento”. De fato, foram enviadas para uma classe de educação especial numa distante toca de esquilos. A pergunta é: quem eram os verdadeiros fracassados? (GOMEZ & TERÁN)⁸.

Essa pequena história vem mostrar que a aprendizagem se dá de maneira diferenciada para cada indivíduo e alerta para a importância de compreender como cada aluno adquire conhecimento.

Isso não significa que o indivíduo que apresenta dificuldade de aprendizagem consequentemente tenha também baixo ou alto QI e sim, que esteja operando abaixo de suas possibilidades, em função de um fator com dificuldade, como por exemplo o desenvolvimento visual ou auditivo.

Vale lembrar que, em geral, as dificuldades de aprendizagem podem ser detectadas no processo educativo de ensino convencional por intermédio de psicólogos, utilizando recursos avaliativos específicos de inteligência, conteúdos e processos de

⁷ Distúrbios de aprendizagem são problemas que afetam a capacidade da criança de receber, processar, analisar ou armazenar informações. Podem dificultar a aquisição, pela criança, de habilidades de leitura, escrita, soletração e resolução de problemas matemáticos. (Enciclopédia Criança)

⁸ Referência retirada de: Dificuldades de Aprendizagem: Manual de Orientação para Pais e Professores. Tal manual não apresenta ano de publicação. ISBN: 978-85-89990-39-4

aprendizagem. Daí a importância da atuação da equipe multidisciplinar em conjunto com a escola e os professores de educação especial.

Para as diversas causas que podem interferir no processo ensino aprendizagem faz-se necessário investigar o ambiente no qual a criança vive e a metodologia de ensino utilizada nas escolas. Mantoan (2003, p. 47) relata que “a inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender.”

Em se tratando de educação especial, o ensino pode acontecer por meio de uma variedade de métodos, projetados para acomodar ou ajudar a compensar a deficiência por intermédio de ajustes nas salas de AEE, tarefas escolares alternativas, recursos avaliativos, equipamentos especiais, professores especializados nas salas de aula, acompanhamento psicológico e clínico por parte dos psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais da equipe multidisciplinar.

Ao ouvirmos o termo “deficiente”, nos vem à mente a figura de uma pessoa cega, surda ou que apresente impossibilidade de movimentar-se convencionalmente. Porém, o termo deficiência é mais abrangente. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008, p. 26), em seu artigo 1º, conceitua:

Pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Algumas limitações são percebidas logo nos primeiros meses de vida de um bebê. A deficiência visual e a auditiva são logo identificadas, porém outras vão sendo detectadas ao longo do tempo. Realizado o diagnóstico, é de fundamental importância buscar informações para que o desenvolvimento dessas pessoas se efetive da maneira mais autônoma possível.

Algumas deficiências são de origem genética: surgem no período de gestação, em decorrência do parto ou nos primeiros dias de vida do bebê. Podem também ser consequência de doenças transmissíveis, crônicas, perturbações psiquiátricas, má

nutrição, abusos de drogas, traumas e lesões. Outras são consequência de acidentes, muitas vezes causados por imprudência no trânsito (CONADE, 2012).

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência tiveram maneiras diversificadas de tratamento por parte de seus pares. Desde a Grécia antiga, onde os deficientes eram considerados impuros, castigados pelos deuses e eliminados, por não serem capazes de guerrear. Após esta fase de intolerância, surgiu a invisibilidade: os deficientes eram separados do restante da sociedade, segregados em guetos, deixados na roda dos rejeitados, onde a igreja os recolhia e os mantinha apartados.

A autora ressalta que como o avanço da medicina, sobrevém a fase assistencialista, então, os deficientes devem ser cuidados pela sociedade, até que se descubra a cura para sua doença, pois esses indivíduos eram considerados enfermos. E “A deficiência, principalmente a mental, é então relacionada a problemas básicos de saúde, causadores de nossa degenerescência e taras, como sífilis, tuberculose, doenças venéreas” (JANNUZZI, 2004, p. 36).

De acordo com Jannuzzi, esse conceito era fundamentado na classe mais pobre da população, aglomerada em bairros onde a pobreza e a falta de higiene se misturavam. Nos dias atuais, desenvolve-se uma visão inclusiva, compreendendo que é a sociedade que necessita ser tratada por sua incapacidade em lidar com as diferenças, surgindo dessa consciência coletiva, leis e convenções para incluir as pessoas portadoras de deficiência, sejam físicas, mentais ou intelectuais.

No último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, este informa que 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência – seja mental, intelectual, visual, auditiva ou motora. Esse quantitativo representava 23,9% da população total no país.

Figura 1 – Deficiências declaradas no Censo Demográfico do ano de 2010



Fonte: Censo demográfico (IBGE,2010)

Ao analisar esses dados, percebe-se o quão urgente se torna pensar em estratégias para que os indivíduos que tenham algum impedimento, seja de ordem física ou intelectual, possam conviver com dignidade na sociedade, exercendo sua cidadania em plenitude, pois representam uma significativa parcela da população.

2.3 INCLUSÃO: O QUE É E POR QUE FAZÊ-LA?

A partir do histórico exposto anteriormente e que não tem a pretensão de ser completo, visto haver tantos outros registros que contemplem o assunto, observa-se que um longo caminho veio sendo traçado no decorrer dos séculos, em busca da inserção social dos indivíduos no exercício da cidadania, classificados perante a sociedade como “inadequados”, “atrasados”, de acordo com um fluido e indefinido modelo de “normalidade”, dos padrões estabelecidos pelas normas sociais e culturais. (JANNUZZI, 2004).

A sociedade hoje vive uma crise de paradigmas: por um lado, se tem um modelo vigente de “perfeição física e mental”, alimentado no imaginário popular como o modelo ideal; por outro lado, há um número cada vez maior de cidadãos portadores de necessidades especiais, que não são mais escondidos por seus familiares, que exigem seu convívio social e seus direitos de exercer a cidadania (MANTOAN, 2003)

Incluir um indivíduo é promover todos os direitos de exercer cidadania. Incluir significa “ser parte de algo, formar parte do todo, enquanto que excluir significa manter fora apartar, expulsar” (FALVEY et al., 1995). Na opinião de Booth (1998), a noção de inclusão compreende dois conceitos básicos: o de comunidade e o de participação. Logo, nota-se que ambos se caracterizam por uma conexão com os processos de inclusão e o caráter de processo atribuído a ela.

Dentre as alternativas ofertadas para a realização de atendimento aos portadores de necessidades especiais, destacam-se aqui a importância das salas de recursos multifuncionais, a aplicabilidade delas no desenvolvimento cognitivo do aluno atendido e a atuação das equipes multidisciplinares.

Segundo o MEC 2007, o PDE traz como eixo a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implementação de salas de recursos multifuncionais e a formação dos docentes para o atendimento educacional especializado.

As salas de recursos multifuncionais são um grande aliado para a educação inclusiva, pois irão desenvolver as habilidades dos alunos com necessidades especiais; são salas que tem diversos materiais que possibilitam que o professor trabalhe de forma correta as atividades de complementação e suplementação curricular.

De acordo com Alves (2006, p. 14):

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular. A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues [sic]. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua

constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

A Sala de Recursos Multifuncionais atenderá alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares; aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos; alunos que evidenciam altas habilidades e/ou superdotação e que apresentem uma grande dificuldade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico (BRASIL, 2006, p. 16).

Segundo o mesmo documento do MEC “incluem-se, nesses grupos, alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como, autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros”

A resolução nº 4. CNE/CEB (2009) estabelece diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso de escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de atendimentos educacional especializado público e em instituições de caráter comunitário, confessional sem fins lucrativos conveniados com a secretaria de educação (Res. Nº 4, CNE/CEB, 2009, art. 5º).

De acordo com o MEC (2006, p. 17),

[...] quanto ao professor da Sala de Recursos Multifuncionais, deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

Destaca-se neste documento que a formação dos professores é fundamental para possibilitar que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada aluno, de modo a atender às suas necessidades para a promoção de seu desenvolvimento.

O aluno tem que estar frequentando o ensino regular, e em seu contraturno frequentar a sala de recursos multifuncionais para que desenvolva habilidades e competências. A carga horária será de no máximo 20 horas semanais estabelecidas para cada aluno, duas a quatro vezes por semana, não ultrapassando o período de duas horas. (MEC,2006)

A sala de recursos é um espaço diferenciado no qual o professor tem por objetivo promover a aprendizagem aos alunos, muitas vezes com atividades lúdicas. Para Fredes (2009, p. 40), a “[...] ludicidade é importantíssima para a construção de bases sólidas para a impulsão do processo de aprendizagem”.

Vários estudiosos e pesquisadores revelam que a brincadeira influencia no processo de ensino aprendizagem, favorecendo o processo de aquisição da linguagem e pensamento lógico, proporcionando saúde física, mental e social. Desenvolve também as potencialidades das crianças e estabelece vínculos positivos entre aluno e professor. O lúdico leva ao aprender, prevenindo dessa forma problemas de aprendizagem possibilitando às crianças o desenvolvimento de habilidades e competências, permitindo que as mesmas construam e descubram o mundo que as cerca por meio de suas próprias experiências, dando significado ao aprendizado.

Destaca-se aqui a importância do contato e relacionamento entre os profissionais que lidam diretamente com esses alunos, para a concretização dos objetivos, considerando esse um fator importante e influenciável no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, conforme o documento da sala de recursos multifuncionais (2006, p. 18) orienta:

Salienta-se que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, de elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola

para a promoção da inclusão escolar (DOCUMENTO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, 2006, p. 18).

A atuação dos professores em conjunto é de fundamental importância para que o professor do ensino regular tenha todas as orientações específicas de como e quando esse aluno se desenvolve melhor e essa gestão dos processos de aprendizagem busca espaços nas salas de recursos multifuncionais, bem como na sala do ensino fundamental. (ESCOLA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA CANDIDO SANTIAGO-GO, 2012)

Outra modalidade de serviço para a educação inclusiva é a equipe multidisciplinar. O primeiro registro de que se tem notícia a respeito da formação de uma equipe multidisciplinar composta por psiquiatra, psicólogo e pedagogo é datado de 1929, quando Ulysses Pernambucano de Meio Sobrinho (1892-1943) defendeu a tese “Classificação de crianças anormais: a parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a astenia mental”, elaborada para o concurso de professor catedrático de psicologia e pedagogia da Escola Normal Oficial do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCANO, 1918), na qual frisava a necessidade de atendimento médico-pedagógico para as pessoas consideradas anormais. Organizou a equipe para trabalhar com tais crianças.

Em 1929, Ulysses Pernambucano fundou o Instituto de Psicologia, ligado ao Departamento de Saúde e que no mesmo ano foi transferido para o Departamento de Educação com a denominação Instituto de Seleção e Orientação Profissional (JANNUZZI, 2004, p. 42).

A educação dessas crianças com deficiência seria de responsabilidade de todos, que deveriam fazer o que estivesse ao alcance para tentar corrigir toda imperfeição com que se deparassem. Os anormais completos ficariam sob cuidados médicos, diretamente e, se necessário, auxiliados pelo pedagogo sob a responsabilidade do médico. Os incompletos, além do médico, sob a responsabilidade do neurologista e do pedagogo preparado para tal: o médico, combatendo os defeitos orgânicos e o pedagogo as taras mentais, até que as crianças pudessem voltar às classes normais. Sempre o papel preponderante seria o do médico (JANNUZZI, 2004, p. 48).

A defesa da educação dos anormais (termo utilizado na época), foi feita em função da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho. Vê-se que está presente no discurso e na prática de seleção a preocupação com a ordem, com um trabalho que torne esses indivíduos capazes de produzir de acordo com o que socialmente é colocado como produtivo, isto é, para produzir mercadorias, lucro. Daí a alegação de que eles não devem ser parasitas. Todos devem ser aproveitados, em algum sentido, devendo a escola selecioná-los e prepará-los para o seu lugar devido. Os “anormais” em classes selecionadas com professores especializados, com grandes conhecimentos científicos e um grande poder de intuição, trabalhando para aumentar neles a adaptabilidade e a laboriosidade. (JANNUZZI, 2004, p. 53).

Já na Constituição de 1934, o excepcional não foi mencionado, apesar do artigo 149 da mesma definir que “a educação é direito de todos, que deve ser gratuita e obrigatória e que isso se estenderia progressivamente ao ensino ulterior, afim de torná-lo mais acessível a todos”. Essa atitude demonstra a despreocupação com a educação popular, não sendo considerada um problema nacional. (JANNUZZI, 2004, p. 79)

Segundo ainda relata Jannuzzi (2004), outras modalidades de atendimento ao excepcional vão também sendo criadas, algumas já antes presentes em estabelecimentos de ensino ou hospitais, outras separadas, principalmente as de atendimento terapêutico. Nesse caso, a grande maioria era particular e, portanto, com serviços pagos, logo, só acessíveis a alguns. Entre nós, na área em estudo vamos ter modalidades de atendimento ligadas ao campo da saúde, como havia anteriormente em hospitais, mas também surgiram clínicas, serviços de reabilitação, psicopedagógicos, alguns mais e outros menos voltados à educação.

O documento de 1975, elaborado pelo CENESP explicita que centro de reabilitação é a

[...] instituição que atende adolescentes e adultos excepcionais com a finalidade de, sob a orientação de equipe multi e interprofissional, avaliar, tratar, treinar profissionalmente, visando a reintegração à força de trabalho e a sociedade, desenvolvendo ao máximo suas capacidades residuais (MEC/SG/CENESP/SEEC, 1975a, apud JANNUZZI, 2004, p. 88).

Ainda segundo Jannuzzi (2004, p. 88):

Implica conhecimentos de outros setores, inclusive os ligados à terapia, e não só os educacionais. Aliás, a educação nessa área vem desde os primórdios muito envolvida com a área médica, como venho procurando demonstrar. Os cegos, já no IBC, contavam com o setor, já que a deficiência mental esteve muito associada à psiquiatria, aos hospitais. O INES⁹, nessa década de 1950, oficializou o método oral para todo o alunado e utilizava informações baseadas no conhecimento terapêutico para desenvolver órgãos fonatórios: ritmo da respiração, ginástica respiratória, uso das cordas vocais, exercícios de sopro etc. (SOARES, 1999, principalmente p. 74-76), além da classificação de acuidade auditiva estabelecida mundialmente pela medicina ainda hoje.

A escola, nesse caso, foi colocada como "estabelecimento destinado a tratamento médico-pedagógico". Este profissional detinha o ponto central de sua orientação, sendo o pedagogo seu "auxiliar". A escola destinada a esse aluno, como por exemplo a criada junto ao Juquery, seguiu os parâmetros médicos. O psiquiatra Pacheco e Silva estivera nos Estados Unidos e seguiu algumas prescrições lá usadas; a escola foi dotada de aparelhagem considerada de grande importância para a "psicologia patológica" (JANNUZZI, 2004, p. 99).

A educação especial foi estruturando-se nesse panorama geral, dentro de uma feição um pouco diferenciada. As vertentes pedagógicas procuravam partir das deficiências em si mesmas, do que diferia do normal, do que "faltava", visando a proporcionar-lhes condições para suprir a própria subsistência, desde o desenvolvimento de habilidades simples, necessárias ao convívio social, até a sistematização de algum conhecimento para a inserção no trabalho. Havia preocupação com a autonomia do aluno porque se configurava indispensável ao desenvolvimento econômico do país. As vertentes teóricas, no entanto, continuaram com as vinculações com as dos campos médico e psicológico (JANNUZZI, 2004).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 9), preconiza que:

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo.

⁹ Cf. p. 15.

O atendimento especializado ofertado aos alunos com deficiência não se constitui apenas de profissionais ligados à área pedagógica, faz-se necessário também o acompanhamento clínico, para que os problemas enfrentados no espaço escolar sejam solucionados da melhor forma possível.

Assim, a documentação específica ainda que, em relação ao apoio externo, “[...] a provisão de serviços de apoio é de fundamental importância para o sucesso de políticas educacionais inclusivas” (UNESCO, 1994, p. 11), considerando ainda que a atuação de “[...] professor-consultor, psicólogos escolares, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais deverá ser coordenado em nível local” (UNESCO, 1994, p. 12), o que demonstra a importância da atuação de outros profissionais na construção de um sistema inclusivo.

A LDBEN (1996) determina que a Educação Especial no Brasil passe a ser considerada uma modalidade de ensino, definindo que haveria “quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, sendo o atendimento educacional realizado em classes, escolas ou serviços especializados” (BRASIL, 1996, p. 21). E complementa: manteve o apoio técnico e financeiro às instituições e previu também a oferta do AEE, como serviço de apoio, que ora se configurava como escolarização em instituição especial, ora em classes especiais na rede regular de ensino, em ambos os casos, como ensino paralelo ao comum, ministrado por “professores com especialização em nível médio ou superior [...] bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 21).

No Decreto nº 3.298/99, orientador da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, encontra-se no art. 24 que a “educação especial contará com equipe multiprofissional com a adequada especialização e adotará orientações pedagógicas individualizadas” (BRASIL, 1999, p. 2). Em relação aos serviços da Educação Especial, este decreto previu que, esses “serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado, mediante programas de apoio para aluno” (BRASIL, 1999, p. 41), porém, sem explicitar quem, onde e como esse apoio poderia ser constituído.

Em 2001, foi lançado o PNE (BRASIL, 2001), enunciando como metas o redimensionamento dos serviços de apoio já existentes, tais como: "[...] classes especiais, salas de recursos e outras alternativas pedagógicas recomendadas [...]" (BRASIL, 2001, p. 59) no entanto, sem especificar quais seriam as demais alternativas pedagógicas citadas.

Esse mesmo documento chamou atenção para os serviços contemplados pela Educação Especial, dos quais 5% ocorriam nas classes comuns e 62% em instituições especializadas, ressaltando o pouco engajamento da escola comum em assumir o compromisso com esse público, mas, ponderando que

[...] longe de diminuir a responsabilidade do poder público para com a Educação Especial, o apoio do governo a tais organizações (instituições especializadas) visa tanto à continuidade de sua colaboração quanto à maior eficiência por contar com a participação dos pais nessa tarefa. Justifica-se, portanto, o apoio do governo a essas instituições como parceiras no processo educacional dos educandos com necessidades especiais (BRASIL, 2001, p. 58).

Na sequência, foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), enfocando a organização dos sistemas de ensino para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e a operacionalização desse atendimento, tanto no ensino comum quanto no especial. Dentre as orientações sobre os serviços de apoio foram encontradas:

[...] atuação de professor da educação especial, de professores intérpretes [...] e de outros profissionais como psicólogos e fonoaudiólogos por meio de itinerância intra e interinstitucional e outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e a comunicação [...] sustentabilidade do processo inclusivo mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio (BRASIL, 2001b, p. 47-48).

Teoricamente, possibilitou-se, de tal modo, a ampliação de serviços e profissionais de apoio na escola. Esse tipo de serviço viria a minimizar a pressão sobre a escola e os profissionais da educação de que o fracasso dependeria somente da comunidade escolar, uma vez que, considerando necessário outros profissionais atuando nas escolas, por meio de trabalhos de equipe, nas salas de aula, junto à comunidade escolar, o "problema" ampliava-se para ser discutido com outros profissionais.

O apoio especializado foi definido como um conjunto de serviços educacionais diversificados oferecidos pela escola comum [...] podendo ser desenvolvidos "[...] mediante atuação do professor da educação especial, de professores intérpretes e outros profissionais" (BRASIL, 2001, p. 19). Todavia, observa-se que a participação de outros profissionais e a possibilidade de discutir os problemas educacionais em equipe parece não eliminar a marca de que os serviços seriam disponibilizados aos alunos, e não, propriamente às escolas.

As propostas apresentadas pelo Documento Subsidiário à Política de Inclusão (BRASIL, 2005), exposto como referencial crítico ao que se denominava como perspectiva de integração dominante nas políticas de educação especial no país trouxe uma reflexão inicial importante ao retratar a inclusão educacional:

Sabemos que o professor sozinho, pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por esse motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nessa área se referem ao auxílio de um professor especialista e à necessidade de uma equipe de apoio. Porém, a solicitação desses recursos costuma ser proposta apenas naqueles casos em que o professor já esgotou todos os seus procedimentos e não obteve sucesso. A equipe, não raro, ao invés de estar presente desde o princípio acompanhando o trabalho do professor com toda a turma, é utilizada como último recurso para encaminhar aqueles alunos com dificuldades extremas em relação à aprendizagem. Nesse sentido, o papel da escola fica restrito ao encaminhamento para serviços outros que, via de regra, só reforçam a individualização do problema e desresponsabilizam àquela em relação às dificuldades do aluno. Uma proposta baseada em tal concepção caminha na contramão do processo de inclusão já que coloca uma divisão entre os alunos, sublinhando aqueles que necessitam da intervenção de uma equipe e aqueles que não necessitam (BRASIL, 2005, p. 9-10).

Previa-se, enfim, a criação de uma rede de apoio à Educação Inclusiva, formada por equipes interdisciplinares responsáveis, entre outras coisas, por algumas atividades como: assessoramento aos educadores e às famílias, articulação entre sala de aula e atendimentos necessários aos alunos, firmar parcerias e atuar na formação de profissionais para apoiar a escola inclusiva. Vale destacar que, essa equipe poderia ser interdisciplinar, sendo composta por profissionais da educação especial, psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde e outros que se fizessem necessários para prestar o atendimento adequado para esses alunos. (BRASIL, 2005)

O documento Saberes e Práticas de Inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas (BRASIL, 2006), ao tratar especificamente de sistemas de apoio, definiu essa expressão como sendo uma gama de recursos e estratégias capazes de promover o interesse e as capacidades de uma pessoa. Isso oportunizaria o acesso aos bens e aos serviços, às informações e às relações no ambiente em que a pessoa vive, definindo então, critérios na adoção desse apoio. Dentre esses critérios há elementos que englobavam pessoas (familiares, amigos, colegas, monitores, orientadores, professores, especialistas), recursos físicos (materiais e ambientes), recursos técnicos e tecnológicos, programas e serviços de atendimentos, atitudes, crenças e valores, as deliberações e decisões políticas, legais e administrativas

Em relação às decisões sobre como e onde oferecer os serviços de apoio, este documento (BRASIL, 2006) considerou relevante: a) a identificação das áreas prioritárias a serem apoiadas; b) a identificação dos apoios necessários, considerando o tipo de necessidade educacional; as áreas curriculares definidas e as metodologias mais adequadas; a necessidade do apoio dentro ou fora da sala, realizado em grupos ou individualmente, antes ou após as atividades de ensino aprendizagem e o papel de cada profissional envolvido na prestação desse serviço.

Por fim, a intensidade dos apoios foi caracterizada como:

Intermitente: episódico, nem sempre necessário, transitório e de pouca duração (apoio em momentos de crise, em situações específicas de aprendizagem); Limitado: por tempo determinado e com fim definido (reforço pedagógico durante algum tempo, desenvolvimento de um programa de psicomotricidade); Extensivo: regular, em ambientes definidos, sem tempo limitado (na sala de recursos, apoio psicopedagógico, atendimento itinerante); Pervasivo: constante, com alta intensidade e longa duração, ao longo de toda a vida (envolve equipes e muitos ambientes de atendimento) (BRASIL, 2006, p. 79).

A presença de termos como “serviços de apoio”, “centros multidisciplinares”, “rede de serviços”, “equipe multiprofissional” e “rede de apoio” tornou-se praxe. Eles passaram a ser utilizados como um requisito necessário para a efetivação do processo de educação inclusiva no país. Porém, embora amplamente citados como indispensáveis, não há descrição, nas leis já elencadas, de como esses serviços, redes ou equipes deveriam ser organizados, disponibilizados e financiados. Também

não se encontraram exigências legais para que se constituíssem como serviços obrigatórios no apoio às necessidades educacionais dos alunos no espaço escolar.

No ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) é apresentada como documento “orientador para os estados e municípios organizarem suas ações no sentido de transformarem seus sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos” (BRASIL, 2008, p. 4). Foi implementada no mesmo ano pela Resolução nº 4/2009, que institui as diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica (BRASIL, 2009).

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009), define-se, dessa forma, o PAEE e o AEE como serviço de apoio, o local em que esse apoio deveria realizar-se: na SRM da escola regular ou centros de atendimento educacional especializado. O financiamento desse serviço é atrelado à matrícula do aluno no ensino regular. O mesmo documento previu também “redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros, que maximizassem o AEE” (BRASIL, 2009, p. 2)

Em setembro do ano seguinte, uma nova Nota Técnica, nº 19/2010 (BRASIL, 2010) foi divulgada, definindo quais os profissionais de apoio estariam vinculados aos alunos PAEE e quais as funções deles. Ao professor responsável pelo AEE ficaria reservado o trabalho com o aluno em sala de recursos, no contraturno, com ações não substitutivas a escolarização, complementares ou suplementares. Entende-se que esse profissional não deveria trabalhar com conteúdos curriculares, porém, a política não define, claramente, como esses serviços seriam organizados.

Outros profissionais citados na PNEEPEI como apoios necessários, estariam destinados ao atendimento às necessidades vinculadas aos impedimentos orgânicos, físicos e linguísticos dos alunos, portanto, não relacionados às necessidades de ensino e aprendizagem. Assim foram previstos:

[...] instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete; [...] profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene e alimentação; [...] os profissionais de apoio no âmbito da escola, como auxiliar na educação infantil, nas atividades do pátio, na segurança, na alimentação, entre outras

atividades, devem ser orientados para colaborar no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes (BRASIL, 2010, p. 2).

Ao analisar os documentos normativos que se sucederam ao longo do tempo percebe-se que, antes da PNEEPEI (BRASIL, 2008), apesar da indefinição de público e da confusão conceitual, encontravam-se referências explícitas quanto à possibilidade de serviços diversos de apoio na escola, envolvendo vários profissionais atuando em rede e, em colaboração com a escola, mesmo que, na maioria, fossem voltados somente ao aluno e desarticulados entre si.

Um ano após a publicação da PNEEPEI, em 2009, é lançado o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento Humano (PNDH), que possibilita um entendimento mais amplo da diversidade existente na escola. As propostas abrangem a promoção e a garantia da educação e da cultura em direitos humanos para todos os alunos. (BRASIL, 2013)

Esse documento apresenta vários desafios: o primeiro, refere-se à formação dos profissionais da educação voltada aos direitos humanos. Considerando a ausência dessas discussões nos cursos de formação inicial, a primeira dificuldade estaria em desenvolver nesses profissionais a capacidade crítica de analisar a própria realidade e o seu papel enquanto cidadão de direitos, tornando-os habilitados a debater e discutir com os alunos o papel social de cada um (BRASIL, 2013).

O segundo desafio, seria a valorização desses profissionais, com condições dignas de trabalho que atendessem as próprias necessidades básicas e aquelas exigidas pelo exercício profissional. O terceiro desafio seria a divulgação de experiências bem-sucedidas e o fomento à pesquisa voltada a essa temática. O quarto desafio, talvez o mais complexo, estaria ligado à "perspectiva do respeito às diversidades como aspecto fundamental na reflexão sobre as diversas formas de violência que ocasionam a negação dos direitos humanos, dadas as recorrentes situações de preconceito que ainda ocorrem" (BRASIL, 2013a, p. 529).

Já o quinto desafio corresponderia à participação dos alunos na construção dos conhecimentos e, nesse contexto, revela-se a importância do protagonismo, tanto de

alunos quanto de professores. Tal entendimento de escola e de contexto escolar, poderia ser palco para a intervenção de uma equipe multiprofissional.

Em 2014, é lançado o novo Plano Nacional da Educação e a abordagem em relação a Educação para Todos é evidenciada em dois momentos. O primeiro ao mencionar a diretriz sobre desigualdade social e, o segundo, ao definir uma meta específica para a educação de alunos PAEE. (BRASIL, 2014)

Na primeira diretriz, a superação das desigualdades sociais na educação aparece com texto final reformulado pelo Senado. Com isso, se modificou o texto inicial que dava ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual, substituindo-o por "promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação" (BRASIL, 2014).

Quanto à meta voltada ao PAEE, o plano indicou outras possibilidades de apoio na escola. Logo, isso ampliou as alternativas para criação de novos serviços ao considerar a importância de outros profissionais na escola, a articulação e cooperação entre profissionais de diferentes áreas como necessárias à escolarização dos alunos, o que se verifica em algumas das estratégias que contemplam a meta da universalização do ensino ao PAEE:

4.5) [...] estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [...] 4.11) [...] apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes público alvo da educação especial [...] (BRASIL, 2014).

Esse documento prevê o retorno de centros e de equipes de profissionais, apesar de apontar tais serviços como instâncias articuladas ou integradas a outras áreas (por exemplo da saúde, assistência social, pedagogia e psicologia), não necessariamente no setor educacional.

Percebe-se que a concepção de aluno, de cidadão, de sujeito, é ainda uma concepção médica, em que a maioria dos serviços de apoio são orientados para "corrigir o aluno",

e enquadrá-lo dentro de uma normalidade padronizada. Permanece a lógica, diante da natureza desses serviços e apoios previstos, de que recai sobre o aluno a responsabilidade e o fardo de definir seus próprios rumos escolares, que na maioria das vezes, resulta em abandono. Essa evasão escolar acontece, pois

[...] Trata-se de uma educação interessada em desenvolver aptidões individuais para a integração na sociedade. Quando um aluno não consegue aprender, abandona os estudos ou se interessa pouco pela escola, considera-se os problemas individuais dele, descartando-se outras explicações [...] como a resposta da própria escola [...] e a ideia de que o aproveitamento escolar depende exclusivamente do esforço individual do aluno (LIBÂNEO, 1994, p. 36).

Em 2015, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – que posteriormente passaria a ser chamada somente de LBI –, não estabelece nenhuma diretriz voltada para a implementação e o efetivo funcionamento das equipes de apoio compostas por diferentes profissionais para atuar no desenvolvimento dos alunos. A LBI (2015) preconiza apenas que:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar.

Diante do exposto, verifica-se que muito ainda há de ser feito para a construção de uma Educação realmente inclusiva, visto que a discussão sobre o que é e como atender a diversidade existente nas escolas brasileiras, é ainda fragmentada e isolada em seus núcleos e secretarias. As diretrizes que surgem nesse momento, parecem pouco articuladas às políticas implantadas, não originam ações concretas, tampouco modificam a vida dos estudantes garantindo-lhes, o que em tese, lhes é de direito, pois “ter leis que garantam direitos não significa que estes sejam (re) conhecidos no ambiente educacional” (BRASIL, 2014, p. 529).

2.4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESPÍRITO SANTO

No Espírito Santo, por meio da portaria nº 974-S, de 2 de julho de 2008, a Secretaria Estadual de Educação (SEDU), estabelece as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e Profissional para a rede estadual de ensino, com a finalidade de orientar a implementação da política de Educação Especial, visando organizar as escolas para o acolhimento às diferenças, para a transposição das barreiras que impedem a aprendizagem, permitindo assim a participação de todos os alunos com igualdade de oportunidades.

As informações que se seguem foram coletadas no documento acima citado, com o intuito de traçar a trajetória da Educação Especial no estado, sem a pretensão de que seja a única fonte de relatos existente para a pesquisa.

De acordo com os documentos que integram o acervo da Subgerência de Educação Especial,

O atendimento na área da Educação Especial no Estado do Espírito Santo teve seu início em 1957, com a criação da classe especial para atendimento a alunos que apresentavam deficiência auditiva, no Parque Infantil Ernestina Pessoa, dando origem, mais tarde, em 1960, à Escola Especial Oral e Auditiva. Em 1964, foi criada a primeira classe especial para deficientes mentais, no Grupo Escolar Suzete Cuendet. Ainda na mesma década, foi implantado o Programa de Atendimento ao Deficiente Visual, na Biblioteca Pública Estadual e, em 1970, foi criado o Serviço de Educação de Excepcionais na Diretoria do Ensino Fundamental (SEDU, 2008, p. 8).

Por meio do Decreto nº 917/76, criou-se o Setor de Educação Especial, inserido no Departamento de Educação Supletiva. Em 1980, foi realizado o I Encontro Estadual de Educação Especial e, em 1983, foi implantado na SEDU o Serviço de Avaliação e Triagem de alunos para classes especiais, constituído por uma equipe multidisciplinar (pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social).

Na década de 1990, no Estado do Espírito Santo, entre as ações realizadas destaca-se a criação das salas de apoio destinadas ao atendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem e alunos com deficiência mental, as quais, posteriormente, passaram a ser designadas como salas de recursos. Essa criação da Equipe de Educação Especial da SEDU, ocorre visando à promoção da inclusão, dá

início à extinção das classes especiais e ampliação do atendimento em salas de recursos e atendimento itinerante.

A primeira sala de recursos para alunos com altas habilidades /superdotação foi criada em 1995, no Projeto de Atendimento ao Aluno Talento (PAAT), e o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), em 1998, sendo este último resultante de uma parceria com o MEC. No ano de 2003, ocorreu a implantação da primeira classe hospitalar na cidade de Vitória. Em 1997, é criado o Fórum Permanente de Educação Inclusiva e realizado o Seminário Capixaba de Educação Inclusiva.

No ano de 2001, uma maior aproximação entre estado e municípios desdobra-se em ações para formação com o objetivo de promover a inclusão com a participação da comunidade escolar. A SEDU elabora o documento “Política Educacional do Estado do Espírito Santo”, que conta com um capítulo destinado à Educação Especial, intitulado “Educação Especial e Educação Inclusiva: do que estamos falando?”. Esse capítulo retrata a trajetória da Educação Especial, identifica quem são os alunos dessa modalidade de ensino, quais são seus direitos e aponta sugestões e diretrizes de formação continuada em serviço. Estabelece também o papel do professor e promove a implementação de serviços de apoio necessários à demanda apresentada. (SEDU, 2008, p. 10).

O documento cita ainda:

Em julho de 2004, a Equipe de Educação Especial promoveu um encontro com as equipes de Currículo e Formação da SEDU Central e as Superintendências Regionais de Educação (SRE) de Colatina, Guaçuí e Vila Velha, com o objetivo de repensar, avaliar e ressignificar o trabalho desenvolvido nas salas de recursos e o papel do professor especializado. Em 2005, foi instalado o Centro de Formação de Profissionais de Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS e, nessa mesma data, a Educação Especial uniu-se à Equipe de Projetos Especiais, denominada Equipe Inclusão e Diversidade. Em 2006, foi criado o Núcleo de Atividades Para Altas Habilidades/Superdotados (NAAH/S). Ambas as unidades de atendimento resultaram de uma parceria com o MEC/SEESP. A partir de 2007, com a reestruturação da SEDU, a fim de consolidar e fortalecer a política de educação inclusiva na Rede Estadual de Ensino, foi criada a Subgerência de Educação Especial. Ressaltamos, ainda, que as classes especiais foram gradativamente transformadas em salas de recursos e que as escolas especiais estaduais na área da surdez têm sido reorganizadas como centros de apoio.

Em 2006, o grupo de pesquisa da área de educação especial/inclusiva da UFES apresentou proposta com vistas a mapear a situação da educação especial no Espírito Santo. Essa pesquisa contou com a parceria da SEDU e a participação de professores da educação especial e do ensino comum, bem como de gestores e pedagogos das escolas comuns e especializadas (APAES e PESTALOZZI), envolvendo em torno de 900 pessoas. No período

de 2007 a 2009, foram desencadeadas ações de formação continuada, em parceria entre a SEDU, MEC/SEESP e a UFES, com vistas a promover debates no sentido de pensar direcionamentos para a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva.

Nos anos seguintes, a política estadual da educação especial caminhou de acordo com os preceitos nacionais, buscando adequar-se e oportunizar aos municípios o desenvolvimento da inclusão.

2.5 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

A rede municipal de educação do município de Presidente Kennedy (ES) é composta por 18 unidades escolares de Ensino Fundamental, sendo 17 delas localizadas na zona rural e uma na zona urbana; ainda quatro Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI's), sendo uma escola na zona urbana e três na zona rural.

O Plano Municipal de Educação do município de Presidente Kennedy possui como Meta 1 “universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade [...]”. (PME, p. 40)

Em consonância com as ações estaduais, o município de Presidente Kennedy buscou adequar-se para acolher os alunos que apresentavam necessidades especiais de aprendizagem.

Desde o ano de 1993, quando foi fundada a Associação Pestalozzi no município, reconhecida como de utilidade pública por meio da Lei nº 5.574, de 12 de janeiro de 1998, alterada pela Lei nº 8.371, de 07 de julho de 2006, a administração municipal vem procurando oportunizar atendimento aos portadores de deficiência.

2.5.1 Currículo e Metodologia de Ensino

Dentre as três escolas polos que o município possui, foi selecionada uma unidade, localizada na zona rural, pois concentra maior número de professores em atuação e a maior quantidade de alunos matriculados nas escolas do município. A escolha por

essa unidade de ensino foi determinada por diversos fatores: pelo fato de ser de melhor acesso para a pesquisadora, por possuir a maior quantidade de alunos matriculados, desde a Pré Escola até o Ensino Fundamental que vai do 1º ao 9º ano e possibilitar obter dados importantes e substanciais para fundamentar a pesquisa realizada.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2018) da escola, a metodologia enfatiza a participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem, assim como a utilização de técnicas e dinâmicas variadas. No início de todo ano letivo, por exemplo, professores e pedagogos elaboram atividades diagnósticas com o objetivo de analisar e mensurar o conhecimento que os alunos possuem. Só depois desse diagnóstico, então, é que se pode traçar o plano de ação anual que contemple os conteúdos da grade curricular e, ao mesmo tempo, oportunize a aquisição de novos conhecimentos aos educandos.

Deve-se ressaltar que a diretriz básica dessa proposta é reconhecer a criança como pessoa que tem direito à educação. Como sujeito ativo em processo de desenvolvimento e como cidadã, devem ser garantidas à elas as condições que assegurem a plenitude da formação humana. A aquisição de conhecimentos científicos deve acompanhar o desenvolvimento físico, social e intelectual, visto que cuidado e educação são funções complementares e indissociáveis.

A Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (LDB – art. 29), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. O texto legal marca ainda a complementaridade entre as instituições de educação infantil, a família e a comunidade. Segundo o PPP da escola (2018), a instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando desenvolver a identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

O PPP (2018) indica também que:

As diretrizes gerais para a organização do currículo do Ensino Fundamental abrangem, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o Conhecimento do mundo Físico e Natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. A História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação da população brasileira, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeias. O ensino da Arte constitui componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural do aluno. A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativo nos cursos noturnos. Na parte diversificada da formação desses estudantes o PPP recomenda que esteja incluído o ensino de uma língua estrangeira, a Língua Inglesa.

Os temas transversais são integrados na proposta educacional contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Não constituem novas áreas de estudo, mas compõem um conjunto que permeia a concepção das diferentes áreas de ensino, conteúdos e orientações didáticas. Envolvem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas abrangência nacional e até mesmo mundial. Nesse contexto, de acordo com o PPP da escola em questão, os problemas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual são trabalhados de forma interdisciplinar, abordados nas diferentes áreas curriculares.

O PPP ressalta ainda que “na aprendizagem do aluno, a avaliação desempenha um papel fundamental como elemento regulador das ações”. É necessário que a escola discuta a avaliação e que os alunos tenham conhecimento do seu processo de aprendizagem, dos critérios utilizados na avaliação prevista no regimento escolar.

Quanto à Educação Infantil, o PPP determina que “a avaliação se destina a obter informações e subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento das crianças e a ampliação de seus conhecimentos”.

No Ensino Fundamental de 9 anos, nos 1º e 2º anos (Séries Iniciais), a avaliação da aprendizagem dos alunos se dá por meio de registros de sínteses individuais trimestrais para identificar os conhecimentos adquiridos.

A frequência com avaliação constante é obrigatória, conforme estabelece a LDB nº 9.394/96, artigo 24, inciso V, alínea “e” a obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralela ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar (média inferior a 60%).

Os estudos de recuperação, de caráter obrigatório, representam de fato uma nova oportunidade de aprendizagem, sendo, pois, uma consequência do processo de avaliação continuada ao processo educativo, num determinado tempo, aula, unidade curricular, semestre ou até mesmo no decorrer do período letivo (ano todo). A escola oferece a recuperação paralela, que tem por objetivo oportunizar aqueles alunos a aquisição de conhecimentos necessárias àquela etapa da vida escolar. (PPP,2018)

O calendário escolar é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação em obediência à LDB nº 9.394/96 e cumpre o ano letivo com carga horária mínima de 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos.

2.5.2 A Educação Especial na perspectiva da EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”

Os profissionais que trabalham nesta instituição buscam aprimorar a metodologia, criando um ambiente inclusivo. Os alunos com deficiência são vistos como parte do corpo discente, deixando entrever uma atitude mais aberta e acolhedora com as próprias necessidades. O corpo pedagógico da instituição é muito presente nas atividades diárias, procurando compensar a ausência de suporte estrutural, realidade que é comum em todo o território nacional.

Seguindo as indicações do PPP, destaca-se que “a Educação Especial tem por objetivo o AEE aos educandos que apresentem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação”. A escola conta com uma sala para o atendimento a esses educandos, no prédio 3, mas consta que necessita de uma reforma ou nova construção. Nesta sala AEE, ainda de acordo com o PPP, são atendidos no turno Matutino e Vespertino, 35 alunos de Educação Especial.

A equipe multidisciplinar realiza atendimentos aos alunos e pais/responsáveis com necessidades educativas especiais, em risco social e com dificuldades de aprendizagem. São atendidos no turno matutino 18 alunos e no turno vespertino, 54 alunos.

Na escola pesquisada, foram encontrados 40 alunos com laudos e que recebem atendimento da Equipe Multidisciplinar: 19 do turno matutino e 21 do turno vespertino. Os diagnósticos são múltiplos: Dislexia, Deficiência mental, Epilepsia, Doença de Legg, Retardo mental, Deficiência Intelectual, Transtorno de *Déficit* de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Lennox, Hemiparesia, Comprometimento afetivo e dois sem especificação. Os outros atendimentos são feitos de acordo com a definição dos profissionais da escola, abrangendo alunos em risco social e com dificuldades de aprendizagem.

O PPP (2018) da Escola apresenta como objetivos da instituição:

- Oferecer um ensino de qualidade para que o aluno tenha atuação crítica e participação na sociedade, motivados pelos mais altos ideais de altruísmo e solidariedade;
- Promover atendimento educacional, nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, visando à formação do cidadão capaz de analisar, compreender e transformar a realidade;
- Contribuir na formação da pessoa, desenvolvendo uma consciência social, crítica, solidária e democrática, em que o aluno vai se percebendo como agente do processo de construção do conhecimento e de transformação da relação entre os homens em sociedade.

3 METODOLOGIA

O município de Presidente Kennedy é contemplado com uma generosa quantia em royalties de petróleo, fator preponderante para gerar expectativas para os habitantes de outras cidades, que para lá migram em busca de melhores condições de atendimento, seja a nível social ou educacional. Esse fato se confirma pelo número de matrículas recebidas durante o ano letivo, gerando uma demanda maior de atendimento educacional especializado.

No decorrer desta pesquisa, os resultados dos questionários aplicados aos membros da equipe multidisciplinar e dos profissionais da educação se revelaram preocupantes: na escola pesquisada, foram atendidos, durante o ano letivo de 2018, 72 alunos com necessidades educacionais especiais. Na equipe central, localizada na sede do município, foram atendidos, durante o ano de 2018, 112 alunos, possuindo ainda uma lista de espera, devido à falta de profissionais para a realização desse atendimento.

O desenvolvimento desta dissertação se deu por meio de pesquisa realizada em uma instituição de ensino da rede pública no município de Presidente Kennedy, ES, com professores, coordenadores pedagógicos e cuidadores dos alunos do primeiro ciclo do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e da Educação Infantil (Pré I e II), que atuam no turno vespertino, além dos membros da equipe multidisciplinar municipal.

De acordo com Gil (2017, p. 17), “a pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo fornecer respostas aos problemas que são propostos. Por razões de ordem prática, decorre do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz”.

Como referência metodológica e no intuito de alcançar os objetivos e as questões propostas neste estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, na perspectiva do estudo de caso único, que se refere a um indivíduo, um grupo, uma organização etc., pois, segundo Stake (1995), “o pesquisador pretende conhecê-lo em profundidade, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento de qualquer teoria” (Gil, 2017, p. 139).

Como ferramenta metodológica, foi utilizado um questionário misto, contendo de oito a 12 perguntas, que permitiu aos profissionais explicitarem, de forma espontânea, suas concepções acerca do atendimento e desenvolvimento dos alunos com deficiência no ensino regular, por meio do serviço ofertado pelo estabelecimento de ensino ora pesquisado.

Esses questionários foram entregues aos professores e demais profissionais e estipulado um prazo de 10 dias para que os respondessem, sendo então recolhidos para análise. As questões propostas foram de múltipla escolha: perguntas fechadas, mas que apresentavam uma série de possíveis respostas, abrangendo visões diversas do mesmo assunto. Esse tipo de questionamento proporciona uma exploração em profundidade quase tão boa quanto a de perguntas abertas. É válido destacar que a combinação de respostas múltiplas com as respostas abertas possibilita uma abrangência maior, pois, assim, se obtém mais informações sobre o assunto, sem prejudicar a tabulação.

Esta abordagem permitiu mensurar os dados coletados, que estão apresentados nos capítulos subsequentes e que possibilitaram delinear as propostas de reativação da sala de AEE e a ampliação da equipe multidisciplinar, mediante relatório a ser apresentado à administração municipal, juntamente com os gráficos que demonstram os resultados encontrados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

O colégio selecionado como objeto desta pesquisa está situado na zona rural do município de Presidente Kennedy e iniciou as atividades e funções no ano de 1957, em um pequeno galpão, localizado no centro da comunidade de Jaqueira. Tinha poucos alunos, mas estes frequentavam assiduamente a instituição.

Quando da emancipação do município, em 1964, mudou a nomenclatura e, no ano de 1985, foi transformada em escola de 1º grau, por intermédio de um advogado e de uma professora, ali residentes, que, percebendo o grande número de matrículas efetuadas, vislumbraram a possibilidade da criação de uma unidade estudantil melhor

estruturada. Em 1998, a escola é municipalizada e, a partir de então, traçam-se metas para o seu desenvolvimento e crescimento.

A instituição é mantida pela Prefeitura Municipal e afirma ter como objetivo o atendimento às crianças e jovens da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno, buscando e promovendo a formação ética e moral, o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. Segundo informam os responsáveis pelo colégio, o aluno é considerado o elemento principal do contexto escolar e as ações pedagógicas são formuladas para que sua formação seja realizada de forma satisfatória.

Fotografia 1 – Fachada da escola pesquisada



Fonte: Imagem extraída do perfil da instituição em rede social (*Facebook*, 2018).

A escola atende, aproximadamente, 800 alunos nos três turnos, sendo que 40 deles têm necessidades especiais nas classes comuns do ensino regular e, no contra turno, frequentam a Pestalozzi. Ela é formada por 70 professores, um diretor, seis coordenadores de turno, quatro pedagogos, dois coordenadores pedagógicos, quatro auxiliares administrativos, 19 serventes, três motoristas, dois monitores de informática, três monitores de transportes, um auxiliar de serviços gerais e 10

cuidadores. No turno vespertino atuam 32 professores regentes, dois professores de Educação Especial e nove cuidadores. Além disso, a instituição conta com os funcionários de firmas terceirizadas. Servem a esta escola três porteiros, sete serventes, cinco vigias patrimoniais, um motorista de van, 13 motoristas de ônibus e dez monitoras de transporte escolar.

O espaço escolar é composto por três prédios e neles contém três salas moduladas. O funcionamento é da seguinte forma: no turno matutino, a Educação Infantil com o Pré escolar, o Ensino Fundamental de 6º ao 9º Ano, aulas de canto e o reforço escolar; enquanto no turno vespertino, o Pré-escolar, do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, aulas de canto e o reforço escolar; já no turno noturno acontece a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

De acordo com as informações coletadas, observou-se que na escola EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, no ano de 2013, foi criada a sala de recursos multifuncionais, em parceria com o MEC, que atenderia, a princípio, 15 alunos portadores de deficiência. Nos anos seguintes, o número de matrículas cresce, surgindo daí a criação da equipe multidisciplinar municipal, para o atendimento da demanda apresentada. No ano de 2017, estavam matriculados 32 alunos com necessidades de atendimento especializado e em 2018, esse número aumentou para 40. A sala de recursos multifuncionais é desativada, devido a danos na estrutura física do prédio escolar e a equipe multidisciplinar começa a atender os alunos, dentro do espaço escolar. Esse atendimento é realizado em dois dias da semana, às terças e às quintas-feiras, de 7:30 às 16:00h, onde um psicólogo, uma fonoaudióloga e uma assistente social atendem aos alunos regularmente matriculados.

De acordo com o PPP (2018) da escola, a equipe pedagógica, em apoio aos professores, busca desenvolver atividades didáticas diversificadas para o atendimento às diferenças que se fazem presentes. Os alunos com necessidades especiais fazem as atividades em parceria com outros alunos.

Com base nos documentos analisados e nas entrevistas realizadas nessa pesquisa foi possível averiguar que a escola desenvolve projetos diversificados com os alunos e comunidade, em parceria com as outras secretarias municipais – Saúde, Meio

Ambiente, Ação Social. São realizadas várias ações, como “Saúde Bucal”, “Drogas”, “Gravidez na Adolescência”, “Consciência negra”, “Ação de Graças”, “Família na escola”, “Conhecendo o Município”, “Feira de Ciências”, “Feira Cultural Tecnológica”, “Leitura e escrita”, “Preservação dos Biomas Costeiros nas Praias”, “Festa Junina” e outros.

A escola busca a parceria das famílias em diversas situações, tais como: na participação dos pais em comemorações, festas, feiras, gincanas e palestras; no apoio dos pais e dos segmentos da comunidade quanto a doações; no estímulo às excursões e aulas de campo, visto que em aulas práticas e na exploração de material concreto, a construção do conhecimento se consolida de forma mais eficaz e prazerosa; na integração da família X escola, via contato direto, por meio das reuniões trimestrais, plantões pedagógicos e reuniões do conselho escolar.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O público-alvo desta pesquisa foi delimitado entre os profissionais que atendem os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, matriculados nesta instituição de ensino – diretor, professores das salas de aula regulares, professores da Educação Especial, cuidadores, pedagogos, coordenadores, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais.

Esta pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2018, com o diretor da escola, os coordenadores pedagógicos, os professores do Ensino Regular, os cuidadores e os professores da Educação Especial que atuam no turno vespertino, com a Educação Infantil e o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, especialmente por se tratar da fase inicial do processo de alfabetização, que é considerado pelos educadores, a época da formação dos processos de cognição. Também participaram os profissionais da equipe multidisciplinar municipal, para que fosse possível conhecer, compreender e ressaltar a importância do trabalho realizado com esses indivíduos.

Este colégio foi escolhido devido ao fato de ser uma escola polo, estruturada para o atendimento educacional necessário, tanto para nível regular quanto para o atendimento especializado de alunos com deficiência. A instituição possui uma sala de recursos multifuncionais, porém desativada, e também oferece o atendimento da equipe multidisciplinar municipal, objeto dessa pesquisa.

Por meio dos questionários aplicados, tornou-se possível conhecer a opinião dos profissionais que lidam diretamente com os alunos portadores de deficiência, as trajetórias profissionais e os métodos de trabalho utilizados com esses indivíduos, para traçar a importância desse atendimento educacional especializado.

3.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM DA PESQUISA

A definição das técnicas de abordagem da pesquisa é definida pela escolha pautada em qual ou quais técnicas podem fornecer o máximo possível de dados e informações que sejam relevantes para a pesquisa. Portanto, para a concretização deste projeto foi utilizado o questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, permitindo coletar dados mensuráveis e opiniões pessoais acerca do assunto em questão.

Sobre esse aspecto, Gil (2008, p. 121) acredita que:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O questionário possibilita alcançar um número mais expressivo de participantes, ao mesmo tempo que garante o anonimato em relação às respostas mais subjetivas. Com o diretor o questionário contém um roteiro com 16 questões (Apêndice A); com os profissionais da equipe multidisciplinar municipal o questionário contém um roteiro de oito questões (Apêndice B); com os professores de ensino regular, o questionário contém nove questões (Apêndice C); com os cuidadores o questionário contém nove questões (Apêndice D); com os coordenadores pedagógicos, o questionário contém sete questões (Apêndice E); com os professores de Educação Especial, o

questionário contém nove questões (Apêndice F) e com a coordenadora da equipe multidisciplinar municipal, o questionário contém 10 questões (Apêndice G).

O pesquisador, à medida que se mantém não participante da realidade pesquisada, atuando somente como observador, necessita traçar um plano para que consiga registrar todos os aspectos da pesquisa ensejada.

O Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, estabelece uma ação que infira na realidade profissional pesquisada, a partir da análise e da interpretação dos resultados, com a intenção de alcançar o terceiro objetivo da pesquisa, o de propor à administração municipal a ampliação da equipe multidisciplinar, bem como a reativação da sala de AEE da escola pesquisada e dos outros estabelecimentos educacionais municipais, para possibilitar a qualidade no atendimento aos alunos com diagnóstico de deficiência (Apêndice H).

4 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo foram apresentadas as análises dos dados e a interpretação dos resultados obtidos por meio de abordagem qualitativa e quantitativa, buscando descrever de forma subjetiva as informações coletadas. Embora sejam duas etapas distintas, a análise e a interpretação desses dados se correlacionam, possibilitando ao pesquisador ter uma compreensão mais ampla da realidade.

Nesse sentido, Gil (2008, p. 175) traz o seguinte conceito sobre essas etapas:

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados. A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

De acordo com o autor, trata-se de processos importantes para a compreensão das variantes que surgem ao longo da pesquisa, fornecendo ao pesquisador os subsídios que determinam as considerações para uma possível resposta ao que demanda o problema.

Como etapa inicial, foi encaminhado à Secretaria de Educação Municipal o requerimento de autorização para a realização da pesquisa e acesso à legislação e documentos de orientação do Setor de Educação Especial e da Equipe Multidisciplinar do município. Obtida a autorização da Secretaria Municipal de Educação, foi estabelecido contato com a Escola selecionada para obtenção dos dados referentes ao quantitativo de alunos atendidos pela equipe multidisciplinar.

Após a apresentação do projeto de trabalho aos professores e membros da equipe multidisciplinar, foram entregues os questionários e estabelecido o prazo de dez dias para o recolhimento dos mesmos. Por último, foram mensurados os dados e redigido o resultado final, buscando respostas ao problema em que se baseou esta pesquisa.

4.1 O PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram da pesquisa 45 pessoas, que atuam no turno vespertino desta instituição, sendo 24 professores do ensino regular, dois professores de educação especial, oito cuidadores, três coordenadores pedagógicos, cinco membros da equipe multidisciplinar e o diretor da instituição escolar, escolhidos por serem os profissionais que lidam diretamente com os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado.

4.2 COLETA DE DADOS: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS A RESPEITO DA INCLUSÃO

a) Diretor

O diretor da EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, é professor há 12 anos e há dois anos assumiu como gestor deste educandário, destacou o atendimento da equipe multidisciplinar como de suma importância para o desenvolvimento dos alunos. Esclareceu que a sala de AEE foi implantada na escola no ano de 2015, atendendo 37 alunos, mas que, devido a problemas estruturais do prédio, a sala de recursos foi desativada em 2017, causando um *déficit* no atendimento aos alunos.

Diante desse fato, a secretaria de educação determinou que a equipe multidisciplinar atendesse aos alunos na própria escola, por serem em número muito elevado e diante da dificuldade de locomoção para a sede.

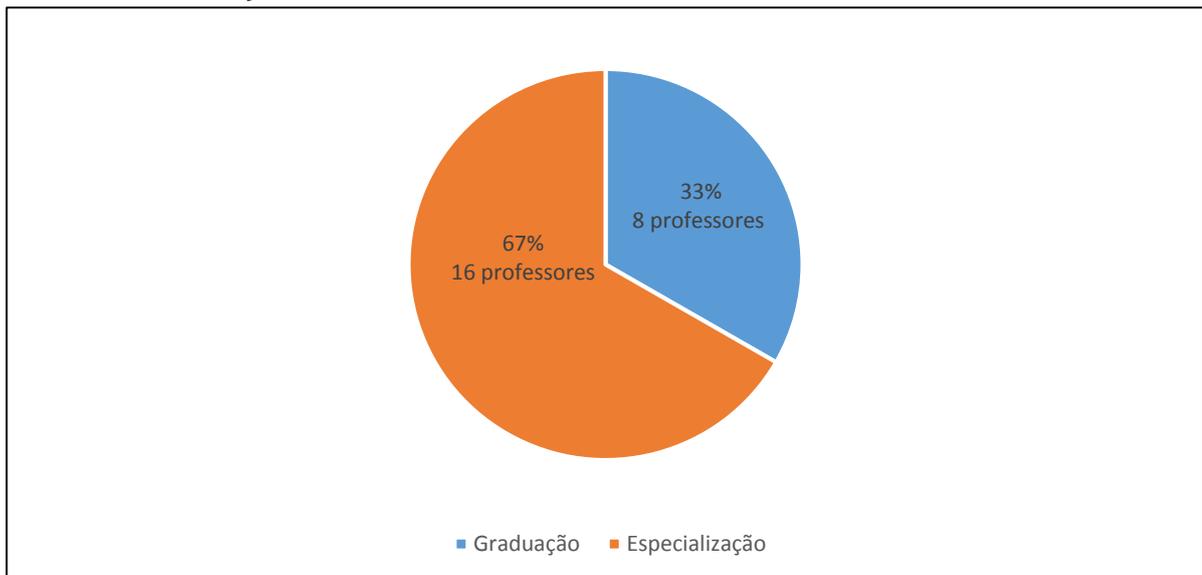
Ele descreveu o trabalho da equipe multidisciplinar como “De suma importância. O aluno tem atendimento com fonoaudiólogos, psicólogos e assistente social. Há a participação da família, escola e equipe. O aluno começa a adquirir ganhos cognitivos e motores na escola, além de socializar em grupo.”

b) Professores da sala de aula regular

Foi realizado com os professores desta escola um questionário, contendo nove questões com o objetivo de perceber e entender suas percepções a respeito da inclusão e suas ações para que a escola seja um espaço realmente inclusivo.

Na questão 1 foi perguntado aos professores sua formação acadêmica. Dos 24 entrevistados, oito tem apenas graduação e 16 tem especialização.

Gráfico 1: Formação Acadêmica dos Professores



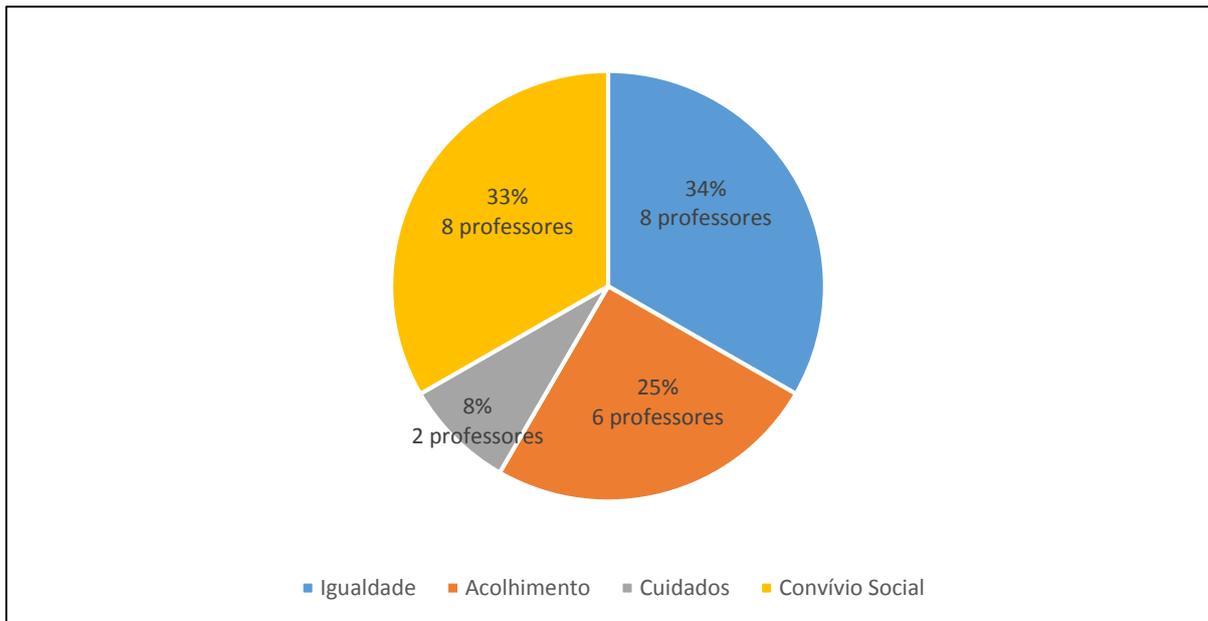
Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2018)

Por meio do Gráfico 1, verifica-se que a maioria dos profissionais busca qualificação para o exercício de suas funções. Esse fato demonstra que os profissionais desta escola percebem a importância da formação acadêmica no que diz respeito ao conhecimento e a aplicação deste em sua profissão, investindo esforços no sentido de desenvolver um trabalho pautado na reflexão entre teoria e prática, potencializando assim os resultados, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/1996, no seu artigo 61º:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço. (BRASIL, 1996)

Na pergunta 2, quando questionados sobre o significado de inclusão, as respostas variaram de “a inclusão é o exercício da igualdade entre os indivíduos, à inclusão é cuidado, é acolhimento a todos e também é oportunizar convívio social para o aluno”, conforme mostrado no Gráfico 2.

Gráfico 2: O que compreende por Inclusão



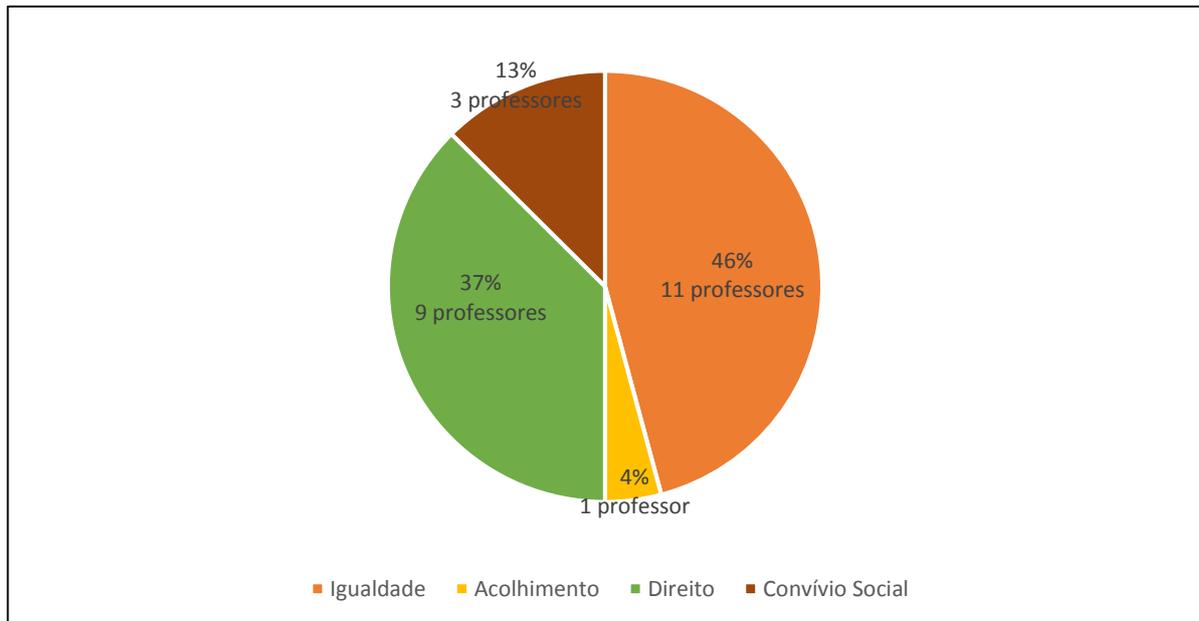
Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2018)

Foi detectado nas respostas do Gráfico 2 que a inclusão ainda não é um tópico bem esclarecido para os profissionais que lidam diretamente com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, gerando conceitos por vezes equivocados. Segundo Mantoan (2005), “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Para ela, a educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceções. Portanto, inclusão é atender a todos na escola, incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção, ou seja, oferecer educação de qualidade para todos.

Quando questionados se a inclusão é importante, o resultado foi unânime: 100% dos entrevistados responderam que sim. Mas, ao responderem Por que a inclusão é importante?, verificou-se que 11 deles (46%) responderam que a inclusão defende o direito de educação e convívio social igualitário; um (4%) viu a inclusão como acolhimento, sem descrever o que seria esse acolhimento; nove (37%) disseram ser

acolhimento ao diferente, estabelecido por lei e três (13%) destacaram a inclusão como o convívio para o desenvolvimento social do aluno, como se pode verificar no Gráfico 3.

Gráfico 3: Por que a Inclusão é importante?



Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2018)

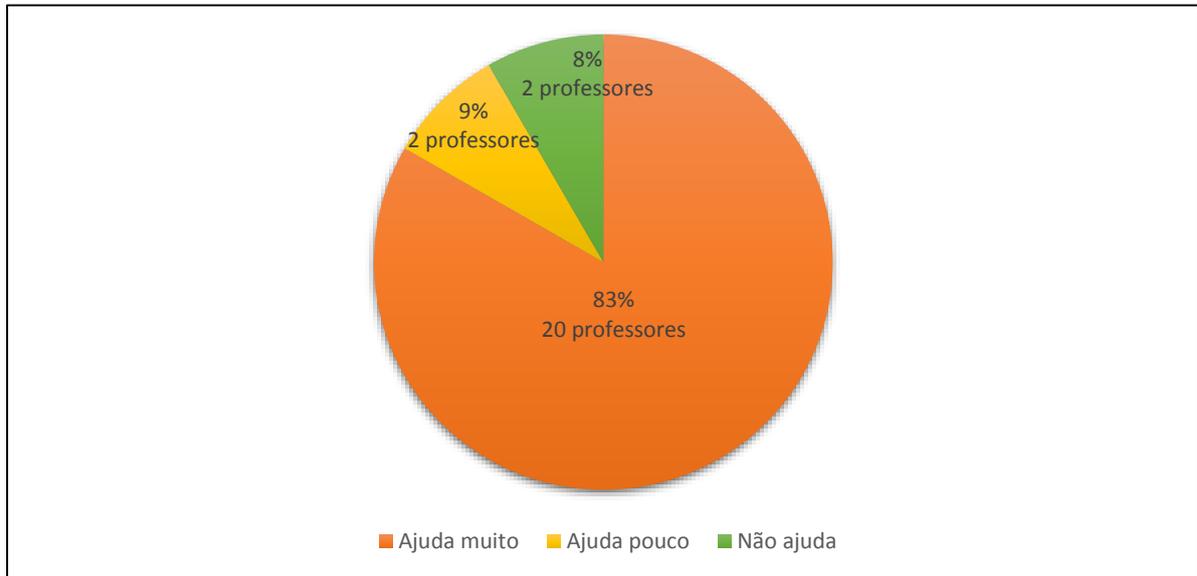
Notou-se uma discrepância entre a definição do que é inclusão e por que ela é importante, demonstrando assim, a importância de estudos mais aprofundados sobre o tema dentro do município, capacitando esses profissionais para que a inclusão aconteça de forma a proporcionar igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos.

Dos profissionais entrevistados, quando arguidos se teriam alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula, 20 (83%) responderam que tinham e quatro (17%), que não possuíam. Esse quantitativo demonstra a grande maioria dos profissionais entrevistados com alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado.

A pergunta 6, se o Atendimento Educacional Especializado ajuda na atuação do professor na sala de aula regular obteve o seguinte quantitativo: 20 professores (82%) responderam que ajuda muito, dois (9%) que ajuda pouco e dois (9%) que não ajuda, conforme mostra o Gráfico 4. Esse quantitativo revelou a importância do atendimento

especializado na construção de uma educação igualitária, garantindo oportunidade de desenvolvimento aos alunos.

Gráfico 4: O Atendimento Educacional Especial ajuda na atuação do professor da sala de aula regular?

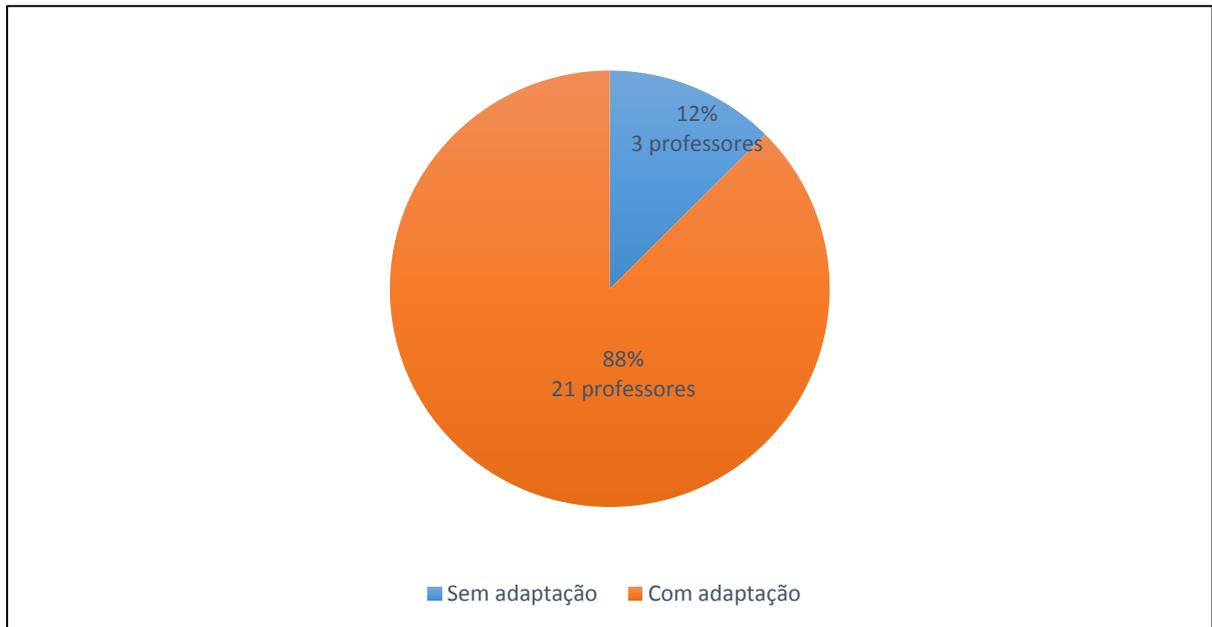


Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2018)

Os professores que responderam que o Atendimento Educacional Especial colabora muito na prática diária de suas salas de aula destacaram, na questão 7, De que forma ajuda?, que esse atendimento desenvolveu a autonomia, elevou a autoestima, melhorou a relação com os outros alunos e houve um maior desenvolvimento cognitivo e social como resultado. Os profissionais que responderam que a ajuda deste atendimento é pouca, declararam que os alunos necessitavam de maior apoio para se desenvolverem, sem, no entanto, especificar que tipo de apoio poderia ser. Os professores que declararam que esse atendimento não ajuda em suas atuações em sala de aula, não responderam de que forma não ocorria essa ajuda.

Na oitava questão, Como funciona seu planejamento para o aluno com deficiência? três professores (17%) responderam que seu aluno acompanha as atividades aplicadas, com a ajuda do cuidador ou do professor de Educação Especial e 21 deles (88%) responderam que seu planejamento necessita ser adaptado, para que o aluno com deficiência acompanhe as atividades em sala. Os dados desta questão estão mostrados no Gráfico 5.

Gráfico 5: Como funciona seu planejamento para o aluno com deficiência?



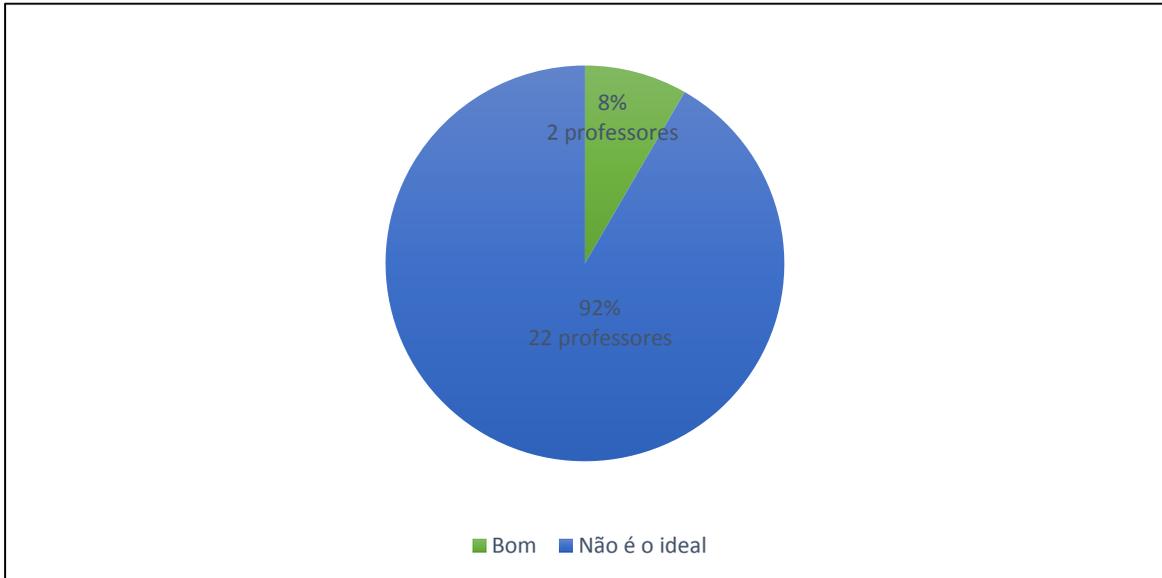
Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2018)

Este gráfico demonstra a importância de compreender e respeitar as dificuldades dos alunos e de buscar meios diferenciados para que eles alcancem os resultados almejados.

Para que a inclusão aconteça efetivamente é necessário alterar o direcionamento do currículo e das metodologias pois, sem isso, as escolas não respondem ao compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais. (MANTOAN, 2003)

Na questão 9, Como tem sido o suporte pedagógico da escola para que esse planejamento se realize de maneira eficaz? dois professores (8%) responderam que é bom e 22 professores (92%) responderam que tem suporte, porém não é o ideal, por falta de material pedagógico e humano. O Gráfico 6 ilustra as respostas à essa questão.

Gráfico 6: Como tem sido o suporte pedagógico da escola para que seu planejamento seja eficaz?



Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2018)

Os professores que responderam que o suporte pedagógico não é o ideal, destacaram a falta de material pedagógico e humano para o desenvolvimento de um trabalho mais eficaz, dentro do possível que a Secretaria de Educação fornece à escola, pontuando a atitude da equipe pedagógica como satisfatória.

c) Professores de Educação Especial

Participaram desta pesquisa dois professores de Educação Especial que atuam no turno vespertino nesta instituição. Os dois profissionais tem especialização e contam um com cinco anos e o outro com 10 anos de trabalho com a educação inclusiva.

Quando perguntados sobre a interação pedagógica existente entre eles e a professora titular, os dois (100%) responderam que o trabalho de atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais transcorre de maneira conjunta, adaptando as atividades de acordo com as necessidades do educando.

Os dois profissionais (100%) têm seus alunos atendidos pela Equipe Multidisciplinar e responderam que houve progresso no desenvolvimento cognitivo dos mesmos, através do trabalho realizado pelos profissionais da equipe, destacando a aquisição de autonomia e a melhoria do convívio social como resultado.

Quanto à relação família X escola, destacaram que os pais desses alunos são muito presentes e possibilitam a troca de informações necessárias para que o desenvolvimento cognitivo e social aconteça.

d) Coordenadores Pedagógicos

Responderam ao questionário três coordenadoras pedagógicas. Quando perguntadas sobre sua formação acadêmica, as três responderam ter especialização.

Ao serem questionadas sobre o tempo de atuação na educação, responderam que tinham 25 anos, 20 anos e 29 anos, respectivamente. Quanto ao tempo de atuação na equipe pedagógica, responderam que possuíam 12 anos, dois anos e 10 anos.

À pergunta 4, Quais foram as mudanças realizadas na escola para a inclusão dos alunos com deficiência?, responderam que foi a criação da sala de AEE, admissão de cuidadores e de professores de educação especial e na arquitetura do prédio escolar foram construídas rampas de acesso, banheiros e bebedouros adaptados. Ressaltaram também a atuação da equipe multidisciplinar para o atendimento especializado.

Quando perguntadas sobre a reação dos docentes à essas mudanças, na questão 5, responderam que alguns reagiram com receio a princípio, depois adquiriram segurança para lidar com os novos elementos, pois perceberam que essa nova etapa facilitaria o trabalho, agregando uma nova dimensão à educação inclusiva, que busca incluir verdadeiramente o aluno na convivência com os demais.

Na pergunta 6, Como é feita a avaliação do aluno para o atendimento especializado? responderam que os professores regentes produzem um relatório especificando as dificuldades do aluno e que o mesmo é encaminhado para um médico neuropediatra, sendo encaminhado posteriormente para o atendimento da equipe multidisciplinar e requerido um profissional para acompanhamento em sala de aula.

Na questão 7, Como a equipe pedagógica apoia o professor da classe comum quando há alunos com deficiência em sua sala de aula? as três foram unânimes em afirmar

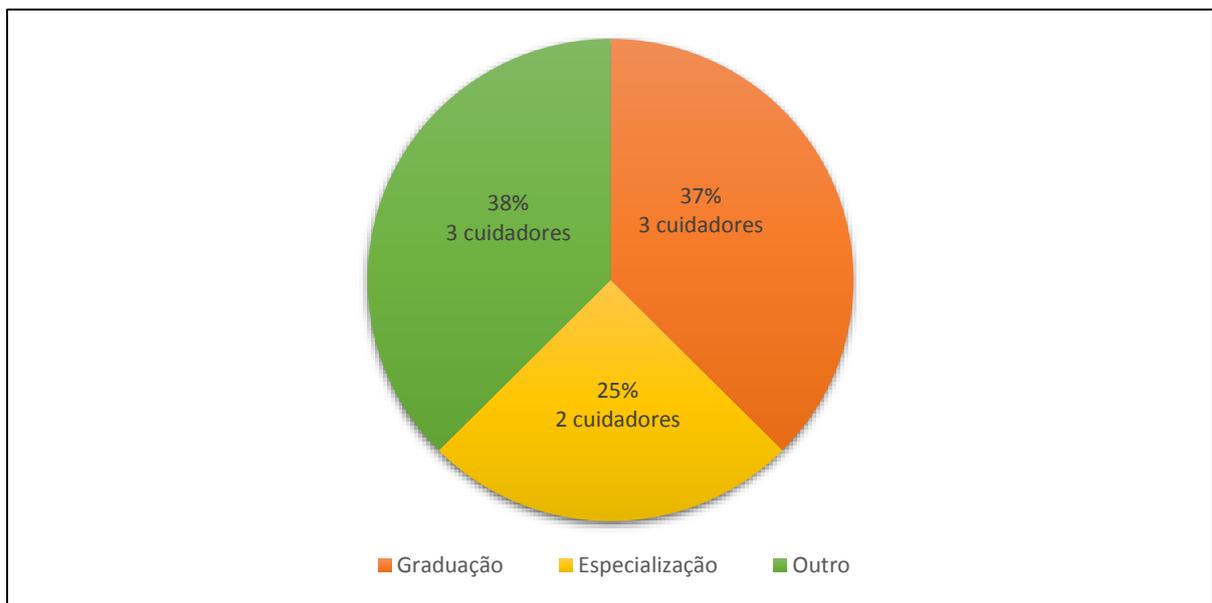
que esse suporte é efetuado de maneira constante, nos planejamentos, no acompanhamento às avaliações e na interação junto às famílias destes alunos.

e) Cuidadores

Esse estabelecimento de ensino possui nove cuidadores, que trabalham em período integral, dos quais oito responderam ao questionário proposto.

Quanto à formação acadêmica, três possuem graduação, três não possuem ensino superior e dois possuem especialização.

Gráfico 7: Qual sua formação acadêmica?



Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2018)

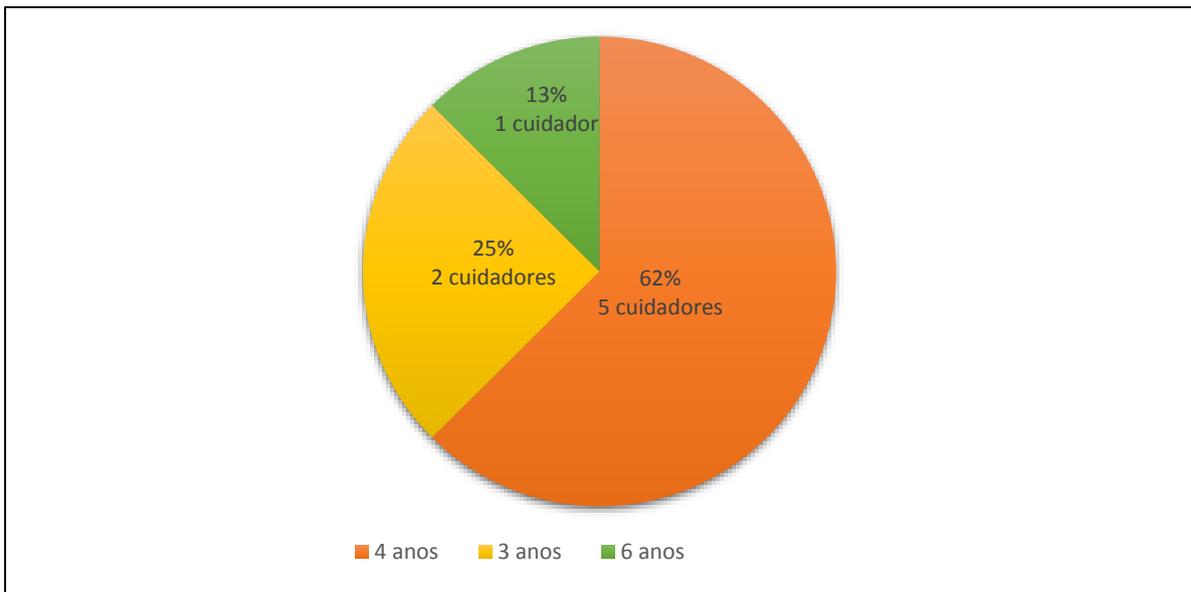
Apesar de não ser exigido legalmente que o cuidador tenha formação acadêmica, percebe-se, através do Gráfico 7, que os profissionais desta escola buscam capacitar-se, apesar de que 38% deles ainda não serem graduados. Compreendeu-se, portanto, que os entrevistados demonstraram ter preocupação em buscar sempre novos conhecimentos que possam contribuir para o exercício da função, tornando-se evidente a preocupação desses profissionais em manterem-se atualizados e se aperfeiçoarem profissionalmente.

Quando questionados sobre O que compreendem por inclusão?, todos responderam que é cuidar e proteger o aluno, atendendo às suas necessidades, demonstrando assim, o aspecto assistencialista que ainda é aplicado à educação inclusiva.

A inclusão se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação. (MANTOAN,2005)

A pergunta 3, Há quanto tempo trabalha com crianças com deficiência?, ficou assim definida: cinco cuidadores (62%) têm quatro anos de atuação, dois deles (25%) tem três anos de atuação e um (13%) atua nesta área há seis anos. A resposta à essa questão está mostrada no Gráfico 8.

Gráfico 8: Há quanto tempo trabalha com crianças com necessidades educacionais especiais?



Fonte: Material produzido pela pesquisadora (2018)

Percebe-se que os cuidadores desta escola possuem experiência para lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais, estando habituados ao cotidiano escolar.

Quanto às perguntas seguintes, o Quadro 1, abaixo, apresenta os dados coletados:

Quadro 1: Atendimento Educacional Especializado

Aluno atendido na sala de AEE pela Equipe Multidisciplinar (Questão 4)	Sim –	Não 1	Às vezes 7
Percebeu mudanças comportamentais/ cognitivas a partir deste atendimento (Questão 5)	Sim 2	Não 2	Pouca 4
O atendimento realizado tem colaborado para o desenvolvimento dos alunos (Questão 8)	Sim 2	Não 6	–

Fonte: Questionário aplicado aos Cuidadores (2018)

Dos oito cuidadores que responderam a esse questionário, nota-se que o atendimento educacional especializado não tem contribuído para o desenvolvimento de seus alunos, visto que sete deles são atendidos às vezes, o que não condiz com a política de inclusão necessária. De acordo com a Política Educacional do Espírito Santo, que visa:

Garantir, nas escolas estaduais que possuem salas de recursos, professor especializado que atue, prioritariamente, nos dois turnos, sendo 50 % da carga horária no atendimento educacional especializado, em salas de recursos, no contraturno, 20 % da carga horária no planejamento e estudo e 30 % da carga horária na atuação junto ao professor da classe comum, em atividade concomitante em sala de aula, podendo atuar na escola de origem e/ou em outra escola da região. (Sedu 2008)

Percebe-se também que os resultados não são satisfatórios, devido a esse atendimento ser esparso, o que comprova a importância deste recurso no desenvolvimento dos alunos. Os cuidadores responderam, na pergunta 9, que quando atendidos, os alunos voltam para a sala de aula mais calmos e motivados, mas que esse fato é raro, devido à demora do atendimento.

f) Equipe Multidisciplinar Municipal

A Equipe Multidisciplinar Municipal foi criada no ano de 2014, para auxiliar a inserção dos alunos na escola regular. Seus objetivos são: Atender as crianças e adolescentes do 1º ao 9º anos do ensino fundamental, da rede municipal de Presidente Kennedy, que apresentam dificuldade na fala, déficit de atenção, dificuldades de aprendizagem e relacionamentos. Conta com uma coordenadora geral, três psicólogos, dois

fonoaudiólogos, uma pedagoga, uma cuidadora e uma monitora de informática. Seu horário de funcionamento é das 7:00 às 16:00h, durante todos os dias da semana, na sede do município. Prestam atendimento a 112 crianças e adolescentes do município, 15 deles acompanhados por seus cuidadores.

Devido ao quantitativo de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na escola polo de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, a secretaria de educação municipal resolve direcionar parte dessa equipe para atendimento exclusivo nesta instituição. Os psicólogos e fonoaudiólogos atendem à escola nos dias de terça-feira e quinta-feira, com acompanhamento diário da responsável pela coordenação de atendimento, funcionária da escola.

Segundo a coordenadora da equipe, os critérios para a seleção do atendimento são, em primeiro lugar, um relatório elaborado pelo professor regente, que é encaminhado à secretaria de educação e posteriormente, à equipe multidisciplinar, que faz uma entrevista inicial, com o aluno e os pais, chamado de anamnese, sendo então direcionado ao profissional que irá prestar atendimento especializado. Nem todos os alunos possuem laudo médico, bastando para o atendimento da equipe que um relatório pedagógico seja feito pelo professor regente, discriminando as dificuldades do aluno.

Os questionários foram entregues aos profissionais que atuam na equipe dentro da escola pesquisada e contém oito perguntas. Todos os profissionais da equipe responderam ao questionário. Os profissionais que atuam na escola “Bery Barreto de Araújo” em Jaqueira são dois psicólogos e os dois fonoaudiólogos. A pedagoga trabalha diretamente na sede da equipe, não mantendo contato com o atendimento da escola em que foi realizada esta pesquisa. Todo o resultado do atendimento é repassado à coordenadora da equipe, para que eventuais problemas sejam solucionados.

g) Psicólogos

Dos dois psicólogos que responderam ao questionário, um deles tem especialização Lato Sensu e o outro, especialização Stricto Sensu. Quanto ao tempo de serviço com

crianças com deficiência, um deles tem cinco anos de atuação e o outro tem quatro anos.

Quanto à pergunta 3, Como é feita a avaliação para o atendimento a esses alunos?, os dois responderam ser realizado em primeiro lugar a anamnese com os pais e posteriormente, cada profissional utiliza técnicas conforme sua especialização para avaliar e organizar seu atendimento.

Para uma melhor compreensão do processo de integração desse trabalho na vida escolar e cotidiana do aluno, a pergunta 5, Como é feita a integração aluno X família X escola?, os dois profissionais esclarecem que esse contato é feito através da equipe central, destacando que a atuação dos mesmos é muito limitada, sem acesso ao ambiente escolar, de forma a construir uma metodologia de trabalho mais consistente.

A questão 6, se a equipe mantém contato com o professor da sala regular, para acompanhamento de seu desenvolvimento cognitivo e social, mostra que esse contato existe, de forma precária e inconsistente; os dois respondem que sim, quando necessário, porém um deles responde que apenas através de relatórios e o outro, quando é necessário, porém descreve que há muita resistência por parte dos professores.

Ao serem indagados sobre a importância de seu trabalho para o desenvolvimento cognitivo/social/afetivo dos alunos, os dois profissionais responderam que a psicoterapia é um importante instrumento para potencializar habilidades sociais e cognitivas, melhorando a qualidade de vida dos alunos e suas relações em todos os aspectos, sejam eles sociais, afetivos, comportamentais ou cognitivos.

h) Fonoaudiólogos

Responderam a esse questionário os dois profissionais que prestam atendimento à escola de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”. Um deles tem somente graduação e o outro, especialização. Seu tempo de atuação com crianças com deficiência são de sete anos e 10 anos, respectivamente.

Quanto à questão 3, de como é feita a avaliação para o atendimento, responderam que é realizada a anamnese com os pais e depois uma avaliação específica, para detecção do problema.

A respeito da integração aluno X família X escola, contida na pergunta 5, um dos profissionais respondeu que essa integração é feita através da escola e o outro não respondeu à questão.

Indagados se mantêm contato com o professor da sala de aula regular, pergunta 6, ambos responderam que sim e que esse contato se dava através da coordenação da equipe e de relatórios.

Ao descreverem a importância de seus trabalhos na equipe multidisciplinar para o desenvolvimento social/afetivo/cognitivo dos alunos, na questão 8, um respondeu que é a melhoria da comunicação das crianças atendidas e o outro que é a prevenção, a promoção e a reabilitação de possíveis alterações na comunicação para melhorar o desenvolvimento cognitivo, intelectual e emocional destes indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa para essa dissertação permitiu conhecer os caminhos da educação inclusiva dentro do município de Presidente Kennedy e os mecanismos utilizados para que a inclusão aconteça. Destes mecanismos, dois foram elencados nesta dissertação: a sala de recursos multifuncionais e a atuação da equipe multidisciplinar municipal.

A atuação dos professores da educação especial é primordial para que a prática pedagógica de sala de aula seja complementada ou suplementada com recursos variados, contemplando as dificuldades do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais. Os profissionais da equipe multidisciplinar, através de sua atuação pedagógica, tornam-se também importantes recursos para a atuação no campo educacional.

Nesse sentido, o objetivo principal da pesquisa foi o de analisar a contribuição do trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar municipal no atendimento aos alunos com deficiência. Através da análise e interpretação dos dados coletados, foi possível compreender que a atuação dos profissionais dentro da escola pesquisada apresentou resultados positivos, segundo as respostas dos participantes da pesquisa, porém necessita de ajustes para que a educação inclusiva seja totalmente abrangente. Torna-se necessário construir uma ponte de diálogo entre as duas esferas – os profissionais da escola e os membros da equipe multidisciplinar, pois o atendimento de ambos não estão sincronizados, não estão tendo o mesmo direcionamento.

Em resposta ao primeiro objetivo específico da pesquisa, o de verificar o quantitativo de alunos com deficiência regularmente matriculados na escola que foi objeto desta pesquisa, o levantamento efetuado junto ao corpo diretor da escola especificou esse quantitativo e as respectivas necessidades educacionais especiais desse alunado.

Observando as ações pedagógicas desenvolvidas pela equipe multidisciplinar municipal, obteve-se a constatação de que a sala de AEE desta instituição encontra-se desativada, devido a danos estruturais e que a equipe multidisciplinar atende aos

alunos em uma sala comum do complexo escolar, não tendo acesso aos recursos educacionais e pedagógicos que existem.

Quanto à influência exercida na vida dos alunos, constatou-se, através dos questionários aplicados tanto aos professores quanto aos cuidadores, que quando atendidos, os alunos desenvolvem aspectos cognitivos essenciais à vida cotidiana, mas esse atendimento necessita ser contínuo e passar por ajustes, pois muitos alunos estavam sem atendimento ou sendo atendidos num período de tempo muito esparso, não surtindo o efeito necessário.

Embora os professores de sala regular, os professores de educação especial, os cuidadores e os coordenadores pedagógicos destacassem a importância do atendimento educacional especializado, a maneira como ele tem sido realizado não tem se mostrado satisfatória, pois sendo esparso, perde a eficácia e torna-se somente mais uma modalidade de atendimento, sem que haja o compromisso com a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A partir desse estudo, percebeu-se que muitos professores, coordenadores pedagógicos e outros profissionais de educação ainda não compreendem o real significado da inclusão, atribuindo a ela o valor de cuidado, de acolhida, porém sem que haja a aceitação do diferente e sem a criação de uma metodologia que contemple a diversidade e que promova o desenvolvimento do indivíduo, respeitando as características próprias de cada um.

Portanto, tal constatação vem justificar o terceiro objetivo da pesquisa, o da proposta de reativação da sala de recursos multifuncionais desta escola e a criação de outras salas dentro do município, assim como a ampliação da equipe multidisciplinar, com a aquisição de mais profissionais de cada especialidade, para que os alunos da rede municipal de Presidente Kennedy possam ter o atendimento educacional especializado de forma frequente e contínua, de acordo com suas necessidades.

Respondendo ao questionamento levantado pela problemática da pesquisa – Qual é a contribuição do trabalho da equipe multidisciplinar para os alunos com necessidades especiais? –, constatou-se que o atendimento desses profissionais tem representado

um ganho educacional significativo, oportunizando desenvolvimento cognitivo, de fala e de socialização, além do acompanhamento às famílias desses alunos, apesar de não estarem utilizando todos os recursos pedagógicos existentes na sala de AEE.

Portanto, os resultados desta pesquisa permitem afirmar que da forma como vem sendo aplicados os recursos educacionais para a educação inclusiva na rede municipal de educação no município de Presidente Kennedy (ES) mostra-se necessário reestruturar os métodos utilizados, aumentar o quantitativo de profissionais para esse atendimento, estabelecer entrosamento e diálogo entre a equipe pedagógica e a equipe multidisciplinar, bem como cursos de formação em educação inclusiva, para que os objetivos de construção de uma educação de qualidade aconteçam plenamente.

Compreendeu-se aqui também que o aluno com necessidades educacionais especiais é o elemento principal desse processo, independente da imposição do sistema educacional, constituído há tantas décadas e muitas vezes atuando de forma a promover a exclusão, e é através desse aluno que surgem as mais diversas formas de criação de mecanismos inclusivos.

Nesta perspectiva, considera-se que a pesquisa não é acabada, pois o tema educação inclusiva não é estanque. É um processo contínuo, que leva à uma reflexão a respeito da necessidade de continuidade na pesquisa, pois o que foi apresentado só remete a um pequeno objeto investigado, de um universo de possibilidades e questionamentos em que a inclusão se insere.

Dessa forma, acredita-se que a ideia principal é que tudo o que foi apurado e apresentado nesta pesquisa possa servir como subsídio para auxiliar gestores educacionais, professores, alunos, bem como a outros pesquisadores que sejam e/ou estejam comprometidos com a educação, propiciando uma reflexão e contribuindo para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/.../lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl...>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/.../lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.ht...>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Imprensa Oficial, 1988. 292 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília, 1989.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, 2001.

_____. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala, 1999. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002. **Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Brasília, 2004.

_____. Ministério Público Federal. **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2005.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. IBGE. **Censo Demográfico, 2010. Tipos de Deficiência.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2012/04/tipos-de-deficiencia>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** – Brasília, 1997

BOOTH, T. (1988). **Challenging conceptions of integration.** In L. Barton (Ed.): **The Politics of Special Educational Needs** (p. 49-67). London: Falmer Press. In A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Dra. Pilar Arnaiz Sánchez. Universidade de Murcia – Espanha. E-mail: pilarnaiz@terra.es. INCLUSÃO – Revista da Educação Especial – out/2005.

CRIANÇA, Enciclopédia. **Distúrbios de aprendizagem.** Disponível em: <<http://www.encyclopedia-crianca.com/disturbios-de-aprendizagem/sintese>>. Acesso em: 08 out. 2018.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. Trad. de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979. In **John Dewey: Uma filosofia da educação**. Autor: Sheylha Christina da Silva Costa. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/john-dewey-uma-filosofia-educacao-2/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

FALVEY, M.A.; GIVNER, C.C.; KIMM, C. (1995). **What Is an Inclusive School? In R.A. Villa and J.S.Thoudand (Ed.): Creating an Inclusive School** (p. 1-12). Alexandria: ASCD In A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Dra. Pilar Arnaiz Sánchez. Universidade de Murcia – Espanha. E-mail: pilarnaiz@terra.es. INCLUSÃO - Revista da Educação Especial – out. 2005.

FREDES, Maria Elizabete Pereira. **A ludicidade como estratégia na prevenção das dificuldades de aprendizagem**. In: ASSUMPÇÃO, Ieda Lourdes Gomes de; SILVA, João Alberto da. (Orgs). *Psicopedagogia em movimento*. Pelotas: EDUCAT, 2009.

FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria H. C. de Toledo. **A arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLAT, R. et al. **Educação e saúde no atendimento integral e promoção da qualidade de vida de pessoas com deficiências**. Revista Linhas, v. 7, n. 2, p. 1-16. 2006.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado & TERÁN, Nora Espinosa. *Dificuldades de Aprendizagem: manual de orientações para pais e professores*. Edição MMIX. Editora Cultural. ISBN: 978-85-89990-39-4. In: **Dificuldades de Aprendizagem: Causas e Diagnóstico**. DORIGON, Vanessa; OLIVEIRA, Valdenor Santos. Disponível em: <<http://revistanativa.com/index.php/revistanativa/article/download/215/pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil – dos primórdios ao início do séc. XXI**. São Paulo: Autores associados, 2004.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças**. In Nova Escola, maio, 2005.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <http://www.dfi.ufms.br/prrosa/instrumentacao/Capitulo_4.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MARTINS, Mirian C.; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

MOREIRA, Marco Antônio; **Teorias de Aprendizagens**, EPU, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equip_mat_dit.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL**. Universidade Estadual de Maringá, 02 a 04 de Dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/...ppe.../SANDER,%20Ricardo%20Ernani%20-%20Completo.doc>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

NUNES, Isabel Matos. **Política de Escolarização de Sujeitos com Diagnóstico de Deficiência Múltipla: Tensões e Desafios**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Pedagógico da Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2016.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. 1ª Ed. Reimpressão 2008. Porto Alegre: Artmed, 1985.

Portal Educação, Home, Artigos, Educação e Pedagogia. **A prática do aprender azendo**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/educacao/67701>>. Acesso em: 02 set. 2018.

SILVA, Márcia Altina Bonfá da. **A Atuação de Uma Equipe Multiprofissional No Apoio à Educação Inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2016.

SOFIATO, Cássia; REILY, Lucia: **Em busca de uma iconografia para a língua brasileira de sinais: um estudo histórico**; Revista de Educação PUC-Campinas, SP; 16(2):183-190, jul./dez., 2011. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/33/23>>. Acesso em: 08 set. 2018.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem/Tailândia, 1990.

VYGOTSKY, Levy S. **A formação Social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984

ZURRO, A. M., FERREROX, P., BAS, C. S. **A equipa de cuidados de saúde primários: manual de cuidados primários**. Lisboa: Farmapress, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA O DIRETOR DA ESCOLA

1 - Formação acadêmica que possui:

() graduação () especialização () mestrado

2 - Quando foi fundada a sala de recursos dessa escola?

3 - Quantos alunos foram atendidos nesse primeiro momento?

4 - Quantos professores foram designados para esse atendimento?

5 - Qual a capacitação dos professores que foram designados para o atendimento nesta sala de AEE?

6 - Em 2017 quantos alunos atendidos?

7 - Quantos alunos são atendidos em 2018?

8 - Quantos professores no atendimento?

9 - Qual a formação desses profissionais?

10 - Há acompanhamento para as famílias desses alunos?

11 - Como é feito esse acompanhamento? Com qual profissional?

12 - Qual a finalidade desse acompanhamento e a periodicidade com que ele é efetuado?

13 - Os pais acompanham/ se interessam por esse atendimento da sala de recursos?

() Sim () Não () Muito pouco

De que forma?

14 - Houve melhora no aspecto cognitivo desses alunos com esse trabalho?

() Sim () Não Cite algumas:

15 - Como é feito o atendimento a esses alunos? Quando? Quantos por sala?

16 - Qual a relevância do atendimento da Equipe Multidisciplinar ao alunos deste estabelecimento?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

1 – Formação acadêmica que possui:

() graduação () especialização () mestrado

2 – Há quantos anos atua com crianças com deficiência?

3 – Como é feita a avaliação para o atendimento a esses alunos?

4 – Quantos alunos são atendidos por semana?

5 – Como é feita a integração aluno X família X escola?

6 – A equipe mantém contato com o professor da sala regular, para acompanhamento de seu desenvolvimento cognitivo e social?

() Sim () Não

7 - De que forma?

8 - Descreva a importância de seu trabalho na Equipe Multidisciplinar para o desenvolvimento social / afetivo / cognitivo dos alunos.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DE ENSINO REGULAR

1 – Qual sua formação acadêmica?

() graduação () especialização () outro

2 -O que compreende por inclusão?

3 – Você considera a inclusão importante?

() sim () não Por que?

4 – Possui em sua sala aluno com deficiência?

() sim () não

5 - Quantos? Quais deficiências?

6 – O Atendimento Educacional Especial ajuda na atuação do professor da sala de aula regular?

() muito () pouco () não ajuda

7 -De que forma ajuda?

8 – Como funciona seu planejamento para a criança com deficiência?

9 – Como tem sido o suporte pedagógico da escola para que este planejamento se realize de maneira eficaz?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS CUIDADORES

1 – Qual sua formação acadêmica?

graduação especialização outro

2- O que compreende por inclusão?

3- Há quanto tempo trabalha com crianças com deficiência?

4 – Seu aluno é atendido na sala de AEE e/ou pela Equipe Multidisciplinar?

sim não às vezes

5 – Percebeu mudanças comportamentais/cognitivas a partir desse atendimento?

sim não pouca

6 – Quais?

7 – Como se desenvolve seu trabalho com esse aluno?

8 – O atendimento realizado pela Equipe Multidisciplinar tem colaborado para o desenvolvimento dos alunos?

Sim Não

9 – De que forma?

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS

1 – Formação acadêmica que possui:

() graduação () especialização () mestrado

2 – O que compreende por inclusão?

2 – Tempo de atuação na educação:

3 – Tempo de experiência na equipe pedagógica:

4 – Quais mudanças foram realizadas na escola para a inclusão dos alunos com deficiência?

5 – Como os docentes reagiram à essas mudanças?

6 – Como é feita a avaliação do aluno para o atendimento especializado?

7 – Como a equipe pedagógica apoia o professor da classe comum, quando há alunos com deficiência em sua sala de aula?

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

1 – Qual sua formação acadêmica?

() graduação () especialização () outro

2 – Há quanto tempo atua na educação especial?

3 – Que tipo de interação pedagógica existe entre você e a professora do ensino regular?

4 – A deficiência de seu(s) aluno(s) exige adaptações?

() Sim () Não

Se sim, que tipo de adaptações?

5 – Seu aluno é atendido pela equipe multidisciplinar?

() Sim () Não

6 – Se sim, houve progresso em seu desenvolvimento?

() Sim () Não

7 – Como se estrutura a relação família X escola desse aluno?

8 – O atendimento realizado pela Equipe Multidisciplinar tem colaborado para o desenvolvimento dos alunos?

() Sim () Não

9 – De que forma?

APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



FACULDADE VALE DO CRICARÉ

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____

concordo em participar da pesquisa Intitulada: “Educação inclusiva: um olhar sobre a sala de atendimento educacional especializado e a equipe multidisciplinar da escola EMEIEF de Jaqueira- “Bery Barreto de Araújo” - Presidente Kennedy –ES” objeto de estudo da mestranda Sueli Cristina Merotto Pereira, da Faculdade Vale do Cricaré, sob orientação da prof^a doutoranda Luana Frigulha Guisso, do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, para compreender como a educação inclusiva está sendo implementada pela rede municipal de educação.

Assim, tenho conhecimento que:

1. A participação na pesquisa será respondendo a um questionário com questões semiestruturas;
2. As respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o nome em qualquer fase do estudo;
3. O benefício relacionado à sua participação será de contribuir com a pesquisa na compreensão a respeito do conceito de educação inclusiva e a atuação dos profissionais da rede municipal de educação.
4. Os resultados da pesquisa serão destinados exclusivamente à elaboração do trabalho de pesquisa e publicações acadêmicas;
5. As respostas dadas por você, ao instrumento de coleta de dados, neste caso o questionário – ficará em arquivo pessoal da pesquisadora por 5 anos e após este período será inutilizado;

6. Fica assegurada a possibilidade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, ou mesmo se recusar a responder perguntas que lhe cause constrangimento, sem nenhum prejuízo à sua pessoa;
7. Fica assegurado uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao participante da pesquisa;
8. Será assegurado esclarecimento de dúvidas quando necessário;
9. Fica esclarecido que não receberá atribuída nenhuma remuneração por participar da pesquisa;
10. Caso haja dúvidas ou necessidade de maiores esclarecimentos é possível entrar em contato pelo telefone: (28) 99982-4460 ou por e- mail: suelicmp@hotmail.com.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado (a) e concordo em participar como voluntário (a) da pesquisa descrita acima.

A assinatura a seguir representa o meu aceite em participar do estudo, bem como fica assegurado minha privacidade.

São Mateus/ES, ____ de _____ de 2018.

Sueli Cristina Merotto Pereira
Pesquisadora

Assinatura do Participante

APÊNDICE H – PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR MUNICIPAL E REATIVAÇÃO DA SALA DE AEE DE PRESIDENTE KENNEDY

RESUMO

Frente ao desafio de garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais no ensino público, esse projeto vem apresentar a proposta de melhorar o atendimento educacional especializado na rede municipal de educação de Presidente Kennedy, no sul do Espírito Santo, com a reativação da sala de recursos multifuncionais da escola de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo” e a ampliação da equipe multidisciplinar municipal, bem como a promoção de cursos de formação continuada na área da educação inclusiva.

Palavras-chaves: ensino público, sala de recursos multifuncionais, equipe multidisciplinar, formação continuada.

INTRODUÇÃO

Implantar uma política educacional que respeite a diversidade é o atual desafio da Educação, quer seja na esfera federal, estadual ou municipal, respeitando efetivamente as diferenças e impulsionando ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos.

Com vistas a garantir ao aluno o direito a uma educação de qualidade e para todos, essa proposta de trabalho vem apresentar o resultado da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado, com o intuito de verificar a contribuição do trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar municipal na sala de recursos multifuncionais da escola de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, em Presidente Kennedy, ES.

Esse projeto foi construído com a finalidade de propor à administração municipal de Presidente Kennedy, ES, a reativação da sala de recursos multifuncionais da Escola de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo” e a ampliação da equipe multidisciplinar municipal, para potencializar o atendimento aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de educação, pois, conforme percebido nesta pesquisa, 83% dos professores entrevistados afirmaram que o atendimento educacional especializado,

apesar de esparso, ajudou na sua prática pedagógica em sala de aula. De acordo com os dados coletados, 87% dos professores necessitaram realizar adaptações em suas atividades pedagógicas para que esses alunos tivessem ganho cognitivo. Quanto ao suporte pedagógico, 92% desses profissionais declararam a falta de material humano e pedagógico para o atendimento a seus alunos.

Detectou-se ainda, que a sala de recursos multifuncionais da referida escola encontra-se desativada, gerando déficit no atendimento aos alunos, em contraponto à política nacional da Educação Especial e ao Plano Municipal de Educação.

Mostra-se necessário que a administração municipal efetue contratação, quer seja por concurso público ou processo seletivo, de maior quantitativo de profissionais da área de psicologia e fonoaudiologia, bem como de pedagogos, para que atendam de forma contínua e assídua, todos os estabelecimentos educacionais do município que apresentem, em seu quadro de matrículas, alunos com diagnóstico de deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem. A reativação da sala de recursos multifuncionais da escola deve ter caráter prioritário, pois o município apresenta um número significativo de alunos que apresentam necessidades especiais de aprendizagem.

Assim, o presente projeto apresenta como Objetivo Geral:

Ampliar a equipe multidisciplinar municipal, com a contratação de um quantitativo de profissionais que atendam a todos os alunos regularmente matriculados na rede municipal de educação de Presidente Kennedy, bem como reativar a sala de recursos multifuncionais da escola de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”.

Capacitar os profissionais que lidam diretamente com esse alunado, através de cursos de formação continuada, de maneira contínua, assegurando uma educação de qualidade a todos os munícipes.

E como objetivos específicos:

- Reestruturar o trabalho da equipe multidisciplinar, para que possa refletir junto a equipe escolar sobre a sua prática, identificando as necessidades dos alunos e oferecendo apoio ao processo educativo;
- Oportunizar momentos interativos família/escola, fortalecendo as relações construídas entre essas instituições.
- Realizar, junto a gestão escolar, discussões, debates e reflexões acerca do cotidiano escolar (papel da gestão, mediação da interação entre os membros da escola, auxílio na parceria com as famílias, auxílio na intervenção com os alunos);

- Elaborar, junto com o professor, projetos de intervenção com os alunos (trabalho em sala de aula e/ou outras intervenções) e famílias;
- Levantar, junto ao professor, as informações pertinentes a sua turma: habilidades, potencialidades e necessidades dos alunos;
- Elaborar, junto com a gestão municipal, os projetos de intervenção com os professores, alunos, funcionários e famílias.
- Propor reflexão acerca da relação professor X aluno em relação aos aspectos associados à dificuldade de aprendizagem; reflexão sobre aspectos pessoais que possam interferir na sua prática, bem como de sua própria experiência escolar;
- Capacitar os profissionais da educação, através de cursos de formação continuada;
- Oferecer feedback sobre as intervenções realizadas com os alunos.

JUSTIFICATIVA

A inclusão está além de aceitar as diferenças, ela é a garantia de equiparação das oportunidades de desenvolvimento para todos os indivíduos da sociedade, o acesso igualitário em todos os campos da vida, oportunizando relações de acolhimento e aceitação das diferenças. A inclusão escolar é parte integrante desse processo e deve oferecer educação de qualidade para todos, desconsiderando qualquer tipo de discriminação. Dessa forma, a inclusão escolar se faz necessária a cada dia e com ela o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Passa a ser também um desafio para a rede municipal de Presidente Kennedy, no sul do Espírito Santo, uma vez que a educação na perspectiva inclusiva provoca a criação de mecanismos que possam alterar essa realidade, possibilitando o direito de todos os alunos, sejam especiais ou não, de exercerem e de usufruírem de uma educação satisfatória.

Nessa linha de ação, o princípio fundamental é de que as escolas devem acolher todas as crianças ou adultos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. Tais condições geram desafios ao sistema público de ensino, que busca encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com necessidades educacionais especiais.

Os resultados da pesquisa mostram que a atuação da equipe multidisciplinar na referida escola foi positiva, mas, devido ao número reduzido de profissionais, diversos

alunos tem sido atendidos pouca ou nenhuma vez, o que dificulta o processo de inclusão e o desenvolvimento cognitivo desses indivíduos.

O objetivo desse projeto é a reestruturação e ampliação da equipe multidisciplinar municipal, que atuará numa perspectiva educacional para o desenvolvimento integral da criança, desenvolvendo um conjunto de intervenções que contribuam para a instituição de práticas inclusivas no âmbito escolar e a reativação da sala de recursos multifuncionais da escola de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, para que o atendimento educacional especializado seja multiplicado, em decorrência do grande número de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Objetiva também propor o compromisso com a educação inclusiva, fornecendo capacitação através de cursos de formação continuada na área, para promover a compreensão e o conhecimento necessários a respeito do assunto.

Essa reestruturação visa garantir e expandir o atendimento especializado aos alunos e proporcionar oportunidades de diálogo entre os profissionais da educação e os especialistas da equipe multidisciplinar, pois, de acordo com os resultados da pesquisa, as duas vertentes, a pedagógica e a clínica, não estão sincronizadas.

Desse modo, o trabalho entre eles não se configura como trabalho de equipe, entendida nos dizeres de Garcia (1994) como sendo um conjunto de indivíduos com diferentes profissões e diferentes campos de saberes, formações e percursos diferentes, que se encontram dentro de um determinado espaço e contexto, reunidos no mesmo campo de trabalho, com objetivos comuns.

O trabalho dessas duas equipes deve ser compreendido dentro de uma visão ampla, de coletividade, caracterizada pelo olhar sobre o contexto e sobre as práticas que permeiam esse espaço, desde que estes profissionais se constituam verdadeiramente como equipe, que tenham seu trabalho direcionado para a instituição, que adotem o modelo educacional e não o modelo clínico, centrado exclusivamente no aluno, e que saibam trabalhar num regime de colaboração, o que envolve paridade, voluntarismo e um objetivo comum de construir uma escola melhor para todos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir de 1990, intensificaram-se no país, os debates acerca da Educação para Todos. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), preconiza que:

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo (UNESCO, 1994, p. 9).

A mesma declaração considera ainda que a atuação de “[...] professor-consultor, psicólogos escolares, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais deverá ser coordenado em nível local” (UNESCO, 1994, p. 12), evidenciando assim, a necessidade de outros profissionais na construção de sistemas inclusivos, a possibilidade de aprendizagem colaborativa e trabalho em equipe na escola (UNESCO, 1994).

Esta lei previu também a oferta do atendimento educacional especializado - AEE, como serviço de apoio, que ora se configurava como escolarização em instituição especial, ora em classes especiais na rede regular de ensino, em ambos os casos, como ensino paralelo ao comum, ministrado por "professores com especialização em nível médio ou superior [...] bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns" (BRASIL, 1996, p. 21).

Com a promulgação da LDBEN (1996) a Educação Especial no Brasil passou a ser considerada uma modalidade de ensino, definindo que haveria “quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, sendo o atendimento educacional realizado em classes, escolas ou serviços especializados” (BRASIL, 1996, p. 21).

A proposta de atender o aluno, em serviços paralelos aos da sala de aula, está contida na PNEEPEI ao adotar do modelo de Salas de Recursos Multifuncionais para o atendimento especializado. Nesse modelo, o aluno é retirado da sala de aula ou retorna no contraturno do período da sala de aula regular e recebe atendimentos complementares a sua escolarização, individualmente ou em pequenos grupos, com

especialistas em Educação Especial, que tem como função minimizar as desvantagens escolares que esses alunos possam apresentar.

No Decreto 3.298/99, apresentado como orientador da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, encontra-se no art. 24 que a “educação especial contará com equipe multiprofissional com a adequada especialização e adotará orientações pedagógicas individualizadas” (BRASIL, 1999, p. 2).

Espera-se que com essa proposta de reestruturação e ampliação da equipe multidisciplinar municipal e a reativação da sala de recursos multifuncionais, apresentada por meio deste projeto, bem como o compromisso em ofertar cursos de formação continuada na área, possa contribuir para o desenvolvimento da educação inclusiva, fomentando possibilidades de mudanças e novos paradigmas que venham melhorar as práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasília, 1999.

GARCIA, M. A. de A. G. **Multiprofissionalismo e intervenção educativa: as escolas, os projectos e as equipas**. Lisboa: Asa, 1994.